

JOSÉ BONIFÁCIO COUTO DE ANDRADA

**A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS:  
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS TRAJETÓRIAS INGLESA E FRANCESA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
BELO HORIZONTE-MG

2014

JOSÉ BONIFÁCIO COUTO DE ANDRADA

**A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS:  
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS TRAJETÓRIAS INGLESA E FRANCESA**

Trabalho de monografia apresentado como atividade do Programa de Ensino Tutorial (PET) – Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Carlos Eduardo Suprinyak

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
BELO HORIZONTE-MG

2014

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar algumas teorias sobre a formação dos estados nacionais, notadamente de Tilly (1996), Anderson (1985) e Moore (1983), bem como a trajetória da construção do estado inglês e francês, à luz dos argumentos dos mencionados autores. Nesse sentido, aspectos ligados à dinâmica capital-coerção como meios de guerra, as relações da nobreza e da burguesia com a monarquia absolutista e os desdobramentos do avanço da agricultura comercial para os proprietários de terras e camponeses serão abordados, na tentativa de traçar as particularidades e similitudes da formação dos estados nacionais na Inglaterra e na França.

Palavras-chave: **estados nacionais; guerra; absolutismo; nobreza; burguesia; agricultura comercial**

## SUMÁRIO

1	Introdução .....	4
2	Teorias sobre a formação dos Estados Nacionais .....	6
2.1	Charles Tilly .....	6
2.2	Perry Anderson .....	12
2.3	Barrington Moore .....	17
3	A trajetória inglesa .....	20
4	A trajetória francesa .....	31
5	Conclusão .....	44
	Referências .....	48

## 1 INTRODUÇÃO

Em 24 de outubro de 1648 era firmado o Tratado de Westphalia, pondo fim a uma série de conflitos entre estados europeus, chamada de Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Simbolicamente, é considerado o momento em que os governantes europeus passaram a reconhecer explicitamente a soberania de um estado – este entendido no seu sentido amplo – sobre seu território e população. Didaticamente, pode-se considerar esse tratado como a primeira expressão formal de um processo em curso à época: a afirmação e consolidação dos estados nacionais europeus.

Sobre esse tema, decerto complexo e exaustivamente estudado, não há um consenso firmado. Diversas escolas e correntes de pensamento se debruçaram sobre o assunto à sua maneira, cada qual procurando analisar o processo de construção dos estados nacionais à luz de suas ideias e teorias. Nesse sentido, serão tratados no presente trabalho três autores, Charles Tilly (1996), Perry Anderson (1985) e Barrington Moore (1983), os quais possuem diferentes visões sobre a formação dos estados europeus. A partir da análise desses autores, dois casos concretos serão estudados: a formação do estado inglês e do estado francês, com intuito de apontar os elementos semelhantes e as peculiaridades da formação do estado nacional na Inglaterra e na França.

Nesse sentido, o trabalho é constituído de três seções, além desta introdução. Na primeira seção, serão trabalhados os argumentos dos três autores acima mencionados, separadamente, com o intuito de expor suas respectivas visões sobre a constituição dos estados nacionais. Sucintamente, o eixo central da análise de Tilly é a interação entre capital e coerção como meios para a prática da guerra, a qual leva à criação de estruturas administrativas complementares que, justamente, constituem os estados nacionais. Para Anderson, o ponto central da formação dos estados é o papel exercido pela nobreza, se adaptando e buscando manter seus privilégios, em um contexto de transição das monarquias feudais para as monarquias absolutistas. Moore, por sua vez, tem como pilar da construção dos estados nacionais os conflitos de interesses entre as classes dos proprietários de terras e dos camponeses, bem com as repercussões da agricultura comercial para a dinâmica social e econômica.

A segunda e terceira seções tratam, respectivamente, da trajetória de formação da Inglaterra e da França, a partir da abordagem dos autores acima mencionados, abarcando um período de aproximadamente seis séculos, entre o século XIII e o início do século XIX.

Apesar das diferenças entre essas trajetórias, os resultados finais são, para esses autores, semelhantes: a construção de um estado nacional. Assim, faz-se necessário compreender esses processos individualmente, para que uma comparação apurada entre ambos possa ser feita.

## 2 TEORIAS SOBRE A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

O presente capítulo é destinado a analisar diferentes teorias sobre o processo de formação dos estados nacionais, sem necessariamente se ater a um ou outro caso específico – os casos concretos serão abordados nos capítulos 3 e 4. Portanto, serão consideradas aqui as teorias gerais dos autores já mencionados sobre como os estados nacionais foram construídos. O capítulo é estruturado em três seções: na primeira serão tratados os argumentos de Charles Tilly (1996) sobre a guerra como elemento formador dos estados nacionais. Na segunda seção serão trabalhadas as ideias de Perry Anderson (1985), no sentido de que o absolutismo monárquico foi determinante para a constituição dos estados europeus. Por fim, na terceira e última seção será exposta a posição de Barrington Moore (1983) acerca da importância da agricultura comercial para o desenvolvimento dos modernos estados.

### 2.1 CHARLES TILLY

Para Tilly (1996), os estados podem ser definidos como

(...) aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias (...) e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios. O termo abrange, portanto, as cidades-estado, os impérios, as teocracias e muitas forças de governo, mas exclui como tais as tribos, as linhagens, as firmas e as igrejas (p. 46).

Consciente das controvérsias sobre a definição desse termo, Tilly (1996, p. 51) aponta que existem quatro grandes explicações para a formação dos estados, que variam entre o determinismo econômico ou político e o peso do sistema interno ou externo. Na visão de Tilly, no entanto, essas abordagens não explicam uma pergunta fundamental para a compreensão desse processo: “O que explica a grande variedade, no tempo e no espaço, dos tipos de estados que predominaram na Europa a partir de 990 d.C., e por que os estados europeus acabaram convergindo em variantes distintas do estado nacional?” (1996, p. 50).<sup>1</sup> Para ele, a explicação resulta da interação entre capital<sup>2</sup> e coerção, bem como das interações diplomáticas e militares entre esses vários estados.

<sup>1</sup> Para mais sobre as variações nas formas dos estados europeus e seus subsequentes desenvolvimentos, ver Tilly (1975).

<sup>2</sup> Tilly considera o capital em sentido bastante amplo: “Pensemos em *capital* com generosidade, englobando alguns recursos móveis tangíveis e os direitos legítimos sobre esses recursos. Os capitalistas são,

O capital, segundo Tilly, está ligado às cidades. A população necessita do capital para sobrevivência, por meio de empregos e investimentos, de modo que ela se distribui em seu entorno, o que estimula o comércio, a produção e a distribuição. Assim, as cidades são formadas pela concentração populacional e pela atividade econômica, tanto comercial quanto agrícola.<sup>3</sup> E quanto maior a concentração e a acumulação de capital, maior o crescimento da cidade, em função de melhorias na agricultura, no transporte, na saúde etc. Dessa forma, as cidades se tornaram importantes para a construção dos estados, pois são a fonte de capital para os governantes.

A coerção, a seu turno, está associada aos estados e, assim como o capital, pode ser acumulada e concentrada. Ela é definida por Tilly como “aplicação combinada – ameaçada ou real – de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano.” (1996, p. 67). As principais atividades do estado eram feitas por meio do uso da coerção: eliminação dos rivais internos (formação do estado) e externos (guerras), de inimigos dos clientes (proteção), extração de recursos e justiça. Nesse sentido, quando a acumulação e a concentração dos meios de coerção ocorriam ao mesmo tempo, surgiam os estados.<sup>4</sup>

Conforme os estados realizavam tais atividades, distintas estruturas organizacionais foram criadas. Segundo Tilly (1996, p. 69), três formas de estados surgiram em função dos diferentes graus com que os governantes adquiriam e aplicavam a coerção em seus territórios: a) os impérios extorquidores de tributos, que se caracterizavam por uma máquina militar e extrativa forte. A acumulação dos meios de coerção era baixa, mas a concentração era elevada, de modo que não eram formas de estado de longa duração, pois se desintegravam com facilidade se a capacidade de aplicar coerção do imperador fosse contestada; b) as federações de cidades e cidades-estado, as quais se caracterizavam por possuírem soberania fragmentada. A acumulação dos meios de coerção era alta, mas sua concentração não o era, de forma que rebeliões contra os governantes eram frequentes; c) por último, os estados

---

portanto, aqueles que se especializam na acumulação, compra e venda de capital. Ocupam o reino da *exploração*, onde as próprias relações de produção e troca produzem excedentes, e os capitalistas os capturam. Os capitalistas muitas vezes existiram na ausência do capitalismo (...). Na verdade, na maior parte da história, os capitalistas atuaram principalmente como comerciantes, empreendedores e financistas, mais do que como organizadores diretos da produção” (1996, p. 64)..

<sup>3</sup> Como afirma Tilly, “O impacto comercial e demográfico das cidades causou uma diferença significativa na formação do estado” (1996, p. 101)

<sup>4</sup> Fontana (2005) tem opinião contrária a Tilly no que tange a construção dos estados com base na coerção: “Outro dos erros de boa parte das teorizações acerca do ‘Estado moderno’ é a suposição de que este se fundava na coerção. Nenhum Estado dispõe de força suficiente para se manter longamente sem consenso. O essencial (...) era contar com ‘a opinião’: A força está sempre do lado dos governados, e os governantes não tem nada mais em seu apoio, além da opinião. Por isso, é somente na opinião que se funda o governo, e esta máxima se estende aos governos mais despóticos e militares, tanto como aos mais livres e populares.” (p. 134)

nacionais, que ocupam uma posição intermediária entre os outros dois modelos em termos de acumulação e concentração de coerção. Combinavam centralização administrativa, organização militar eficiente, estrutura extrativa, distributiva e produtiva significativas, balanceando atividades bélicas e administrativas.<sup>5</sup>

A existência de diferentes formas de estado na Europa é justificada por Tilly (1996) pelas diferentes combinações de controle da coerção e de disponibilidade do capital. O esforço para obter capital e coerção aumentou com o tempo, e a busca pela extração de recursos e a subordinação da população levaram à criação de estruturas e instituições secundárias. Infraestrutura, serviços sociais, bem-estar, atividades de regulamentação, de produção e distribuição, justiça etc. são consequências das diferentes estratégias implementadas pelos governantes para ter acesso ao capital e aos meios de coerção. Assim, essa dinâmica capital-coerção produz uma tipologia que diferencia as trajetórias de formação dos estados europeus.

A primeira trajetória, que tem a Rússia como exemplo, é a de *intensa coerção*. Os recursos e os meios de guerra eram extraídos diretamente da população, o que demandava a construção de grandes estruturas extrativas. O grau de coerção variava de um estado para outro, mas a acumulação insuficiente poderia impossibilitar o surgimento de um governante que controlasse todo o território de forma duradoura, na medida em que nenhum deles seria capaz de subjugar seus rivais internos – como no caso do Império Sacro Romano-Germânico. Em geral, é a trajetória dos impérios extorquidores de tributos, com vastas extensões de terras e grandes proprietários rurais, mas sem muito acesso de capital, em função do pequeno dinamismo comercial.

A segunda trajetória apontada é a de *grande inversão de capital*, exemplificada pelas Províncias Unidas<sup>6</sup> e por Veneza. É o caso das cidades-estado e das federações de cidades, isto é, estados que apresentam, em geral, soberania fragmentada. Caracterizam-se pela pequena concentração dos meios de coerção, que impedia um domínio de áreas extensas além das imediações das grandes cidades. Por outro lado, eram cidades que se destacavam pelo florescimento do comércio e pela abundância de capital, de modo que pactos entre governantes e capitalistas eram essenciais para a aquisição do aparato militar, fato que desfavorecia a criação de vastos aparelhos estatais.

---

<sup>5</sup> Para uma análise específica sobre o desenvolvimento de mais de 90 estados nacionais ao redor do mundo, desde o século XV até os dias de hoje, ver Pick (2011).

<sup>6</sup> Atuais Países Baixos.

Por fim, a última trajetória apontada por Tilly, é a *coerção capitalizada*, cuja característica central era o equilíbrio entre aplicação de coerção e acesso ao capital, pois havia uma concentração significativa tanto dos meios de coerção como do capital dentro do território. Essa trajetória culminou na formação dos estados nacionais, dos quais são exemplos a Inglaterra e a França e serviu de modelo para a quase totalidade dos estados que se constituíram desde o século XVIII.

A guerra, no entanto, é o elemento central na análise de Tilly (1996). A “(...) competição permanente e agressiva por comércio e território entre os vários estados (...) [fez] da guerra a força propulsora da história europeia” (p. 107). A guerra e a preparação para a guerra foram as atividades dominantes na Europa no último milênio e “com o passar do tempo, muito mais do que as outras atividades, [elas] produziram os principais componentes dos estados europeus” (p. 78). Isso porque a criação e a manutenção do aparato militar resultaram no surgimento de instituições burocráticas complementares: estrutura fiscal, tribunais, administração regional, serviços públicos, abastecimento e recrutamento de tropas<sup>7</sup> entre outras. Com o tempo, essas últimas atividades começaram a crescer mais rápido que as atividades “principais”, de modo que, em última instância, a própria expansão das atividades bélicas resultou na ampliação da estrutura administrativa e burocrática do estado.

Indiretamente, a busca do poder militar levou à intervenção nos meios de subsistência. Do mesmo modo, tentativas de adquirir homens, uniformes, armas, alojamentos e, acima de tudo, dinheiro para sustentar a atividade militar impeliu os funcionários do estado a criar estruturas administrativas que eram obrigados a fiscalizar e conservar. (Tilly, 1996, p. 186).

Convém ressaltar melhor a lógica que perpassa essa ideia. No início os estados se concentravam em fazer guerra. As atividades mínimas empreendidas pelo estado eram: conquista e manutenção da soberania interna (criação do próprio estado eliminando rivais); confronto com inimigos (prática da guerra propriamente dita); proteção dos aliados (atacando rivais internos ou externos) e extração dos recursos de que necessitavam da população. As demais atividades não eram relevantes e ficavam a cargo de outras instituições ou organizações, tais como a Igreja, monges, ordens etc. Apenas posteriormente é que os estados

---

<sup>7</sup> Ao longo dos séculos XV a XVII, a maior parte dos exércitos e marinhas era formada por tropas alugadas e mercenárias, pois havia receios de que o recrutamento doméstico desencadeasse resistência e rebeliões. Por isso afirma Tilly que “(...) por três ou quatro séculos os mercenários determinaram o padrão europeu de desempenho militar.” (1996, p. 143) Contudo, com o advento do Iluminismo, no século XVIII, os riscos políticos de um grande exército mercenário levaram os estados a recrutarem internamente seus próprios soldados, pois os mercenários poderiam se tornar uma ameaça à organização do estado, sobretudo quando eram mal pagos, já que pilhavam, saqueavam e causavam desordens.

passaram à aplicação da justiça (solucionar conflitos entre os cidadãos), à distribuição (de bens entre a população) e à produção (criação e transformação de bens).

Nesse sentido, depois da conquista e da eliminação dos adversários internos ou externos, os vencedores dos conflitos bélicos passavam a dominar uma determinada área, composta pelo território principal e por uma área adjacente – uma *zona-tampão* – destinada à proteção do território principal, sobre a qual podiam extrair vantagens diretas (bens e dinheiro). No entanto, para manter esses domínios os governantes eram compelidos a administrar o território e a população local, fato que implicava a organização de atividades de produção e distribuição de recursos. São atividades não relacionadas à guerra diretamente, mas necessárias para a manutenção dos domínios conquistados.

Paralelamente, os governantes eram igualmente obrigados a se prepararem para novas guerras, visando à preservação das conquistas obtidas e a ampliação de seus domínios, mediante a incorporação de novas *zonas-tampão* à medida que as anteriores eram incorporadas ao território principal quando se tornavam seguras. E para tanto, era necessária uma estrutura de tributação e de abastecimento, voltada para a extração de recursos materiais da população dominada.<sup>8</sup>

Tilly (1996, p. 78-79) afirma que à medida que essas atividades aumentaram em volume e em intensidade tecnológica, seus custos também aumentaram, de modo que a população passou, cada vez mais, a ser incapaz de produzir seus próprios meios de guerra. Assim, o acesso ao capital concentrado se tornou essencial para a organização, manutenção e ampliação dos meios de coerção.

Coerção e capital eram mutuamente dependentes, mas igualmente conflitantes: os capitalistas, e suas atividades comerciais e industriais, necessitavam da proteção daqueles que detinham os meios de coerção, isto é, os governantes, mas as extrações de recursos para a preparação da guerra afetavam comumente essas atividades; por outro lado, a manutenção dos meios de coerção pelos governantes dependia da disponibilidade de capital, pois este financiava as guerras – tanto internas e quanto externas – mas a resistência e os interesses divergentes dos capitalistas afetava o acesso ao capital e, por consequência, a capacidade de controle dos meios de coerção por parte dos governantes. (Tilly, 1996, p. 113)

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar que esse processo de expansão das atividades bélicas e conquista de territórios – com subsequente ampliação da estrutura burocrático-administrativa – é um jogo de soma-zero, por definição. A incorporação de uma nova *zona-tampão* implica, necessariamente, a diminuição do território de outro estado. Nesse sentido, o processo de formação e consolidação dos estados não foi linear, mas sim um processo de contínuos avanços e retrocessos.

Contudo, o acesso ao capital variava conforme a estrutura do estado e as características da economia em questão, conforme ressalta Tilly (1996). As maiores concentrações de capitais ocorriam nos extensos aglomerados urbanos, pois as grandes cidades possuíam atividades comerciais mais dinâmicas e atividades agrícolas mais desenvolvidas, em função das vastas áreas rurais adjacentes. Assim, a existência de cidades mercantis prósperas dentro de um dado território era um fator importante para a preparação para a guerra, pois ela fornecia mais vantagens para o governante no momento da arrecadação de tributos sobre comércio e circulação de produtos e permitia, também, a rápida obtenção de empréstimos quando necessário, devido a abundante oferta de crédito. Essa era a situação que caracterizava os estados que seguiram a trajetória de *grande inversão de capital*.

Onde não existiam tais cidades, caso da trajetória de *intensa coerção*, uma estrutura tributária mais extensa e pesada era necessária, pois os recursos eram extraídos mediante expropriação direta da população e impostos sobre a terra – ou obtidos via empréstimos estrangeiros. O comércio era pouco desenvolvido e havia pouca oferta de capital, ao passo que os grandes senhores de terras detinham seus próprios meios de coerção, que faziam frente ao poder dos governantes. Assim, o aparelho burocrático, fiscal e administrativo nesses estados se desenvolveu de forma muito mais rápida.

Para sintetizar a relação entre coerção, capital, estados e cidades o seguinte diagrama é empregado por Tilly:

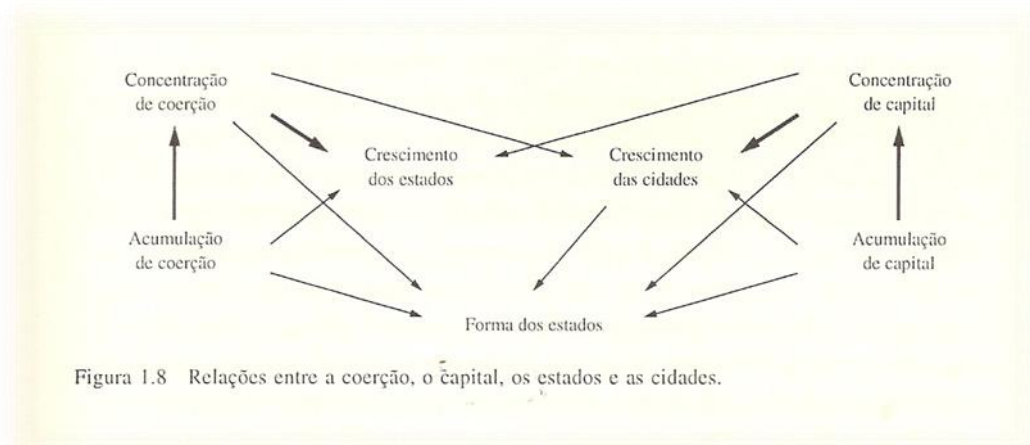


Figura 1: Tilly, 1996, p. 77

Explicando essa relação, ele diz que

(...) a guerra e a preparação da guerra induziram os governantes a extrair os meios de guerra daqueles que mantinham os recursos essenciais (...) e se mostravam relutantes em entregá-los sem uma forte pressão ou compensação. A organização das principais classes sociais dentro do território de um estado (...) influenciaram consideravelmente as estratégias que os governantes empregaram para extrair

recursos (...). Dentro dos limites impostos pelas exigências e compensações (...), a extração e a luta pelos meios de guerra criaram as estruturas organizacionais centrais dos estados. A organização das principais classes sociais, e suas relações com o estado, variaram consideravelmente das regiões europeias de intensa coerção (...) para as regiões de grande aplicação de capital (...). Por conseguinte, o sucesso relativo das diferentes estratégias de extração (...) variaram consideravelmente das regiões de intensa coerção para as de grande aplicação de capital. Em consequência, as formas organizacionais dos estados seguiram claramente trajetórias diferentes nessas diferentes partes da Europa (p. 77-78).

## 2.2 PERRY ANDERSON

Diferindo da abordagem de Tilly, Perry Anderson (1985) centra sua análise na noção de que a formação dos estados nacionais está ligada à construção do absolutismo. Nesse sentido, para entender o processo de construção dos estados europeus é necessário compreender a ascensão das monarquias absolutistas na Europa, a partir do século XVI.<sup>9</sup> Para Anderson, o absolutismo monárquico era uma nova forma, remodelada e reforçada, de dominação feudal. “O domínio do estado absolutista era de caráter feudal, no período de transição para o capitalismo” (p. 41). A estrutura do estado absolutista era diferente da monarquia feudal, mas a classe dominante era a mesma, isto é, a antiga aristocracia feudal, mesmo após ter passado por inúmeras transformações.<sup>10</sup>

Anderson (1985, p. 19) afirma que o modo de produção feudal era uma unidade econômica e política, que mesclava a exploração econômica e a coerção político-legal dispersa nas mãos da aristocracia rural. O sistema de suserania e vassalagem tornava a base econômica das monarquias feudais muito estreitas, pois não havia uma base legal universal para ser tributada, em função da cadeia de obrigações e deveres. Além disso, como ressalta o autor, os reis feudais não tinham o direito de confiscar de forma tirânica a propriedade da nobreza e da burguesia ou mesmo de impor impostos livremente – deveria haver

<sup>9</sup> Vale salientar a abordagem adotada por Perry Anderson que, segundo ele próprio é “uma tentativa de explorar um terreno intermediário entre aquelas posições [os historiadores marxistas despreocupados com problemas teóricos e os filósofos marxistas afastados das especificidades históricas]. (...) De todo modo, o objetivo deste estudo é examinar simultaneamente o absolutismo europeu ‘em geral’ e ‘em particular’ (...)” (1985, p. 10). Nesse sentido, ele busca uma análise temporal distinta da historiografia ortodoxa, ao extrapolar as delimitações do objeto de análise – o Estado – segundo épocas, ou mesmo nações, visto que, para ele, o absolutismo europeu não pode ser compreendido por uma temporalidade única. “A história do absolutismo tem múltiplos e sobrepostos pontos de partida e pontos finais díspares e escalonados. (...) A complexa duração do absolutismo europeu, com suas múltiplas rupturas e deslocamentos de região para região, determina neste estudo a apresentação do material histórico” e, por isso, “(...) omite-se todo o ciclo de processos e acontecimentos que asseguraram o trunfo do modo de produção capitalista na Europa (...)” (*idem*).

<sup>10</sup> Anderson (1985, p. 15-16), apesar de seguir uma linha marxista, discorda de Marx e Engels no sentido de que o estado absolutista era tipicamente burguês. Para ele, a monarquia absolutista não era um mediador entre aristocracia e burguesia, nem um instrumento da burguesia contra a aristocracia, mas sim uma nova roupagem da nobreza feudal.

consentimento dos súditos. Mas a inexistência de uma burocracia profissional extensa tornava a convocação dos Estados Gerais modesta, ao passo que a própria arrecadação com impostos era intermitente, mesmo com uma gradual elevação ao longo do tempo, o que tornavam os empréstimos juntos aos banqueiros e comerciantes frequentes.

Com a passagem para o estado monárquico, continua Anderson, a unidade básica do sistema feudal se desintegrou: as obrigações se transformaram em pagamento de rendas e os meios de coerção centralizaram-se no estado absolutista, em detrimento dos senhores rurais.<sup>11</sup> Assim, a aristocracia precisou se adaptar a um novo posicionamento político, abandonando tradições, tais como violência privada, lealdade do vassalo, hábitos econômicos etc. e adquirindo novas aptidões. Nesse novo contexto, as formas de dominação feudal estavam enfraquecidas; a terra adquiria nova importância, pois gerava diferentes ganhos econômicos e implicava novas formas de dominação e exploração do campesinato; e a burguesia ascendia como uma classe relevante (Anderson, 1985, p. 20).

O ressurgimento do direito romano nesse período, como salienta Anderson (1985, p. 26-27), reforça o movimento de mudança de forças na estrutura de classes. Economicamente, ele atendia aos interesses burgueses mercantis e manufatureiros e expressava a expansão das relações capitalistas no campo e na cidade, pois protegia a propriedade privada. Politicamente, refletia as exigências constitucionais das monarquias em formação, que passavam por momentos de centralização de poder, ao conferir base jurídica para que o monarca suprimisse os privilégios medievais e os direitos tradicionais da aristocracia.

No entanto, comungando com a abordagem de Tilly (1996), Anderson (1985, p. 32) afirma que o estado absolutista era uma máquina construída para a guerra<sup>12</sup> – um resquício do período feudal. A atividade bélica era a melhor maneira, isto é, mais racional e rápida, de extrair excedentes para a classe dominante. Ela fornecia mais ganhos que o lento, porém contínuo, crescimento da renda agrícola e comercial. Nas suas palavras:

A racionalidade econômica da guerra (...) é específica: ela é uma maximização da riqueza cujo papel não se pode comparar ao que desempenha nas formas desenvolvidas do modo de produção subsequente, dominado pelo ritmo básico da acumulação de capital e pela ‘transformação constante e universal’ (Marx) dos fundamentos econômicos de todas as formações sociais (1985, p. 31).

---

<sup>11</sup> Aqui há uma proximidade com a visão de Schmoller (1896), segundo o qual o estado é gradualmente criado a partir de uma unificação e consolidação do corpo econômico e político, desde o nível local (a aldeia) passando pelo nível regional (o território) para então chegar à esfera nacional (o estado).

<sup>12</sup> Anderson entende, assim como Tilly, que o uso dos mercenários na formação dos exércitos profissionais se justificava por ser um meio de evitar a necessidade de treinar, armar e manter obediente a população, situação esta que poderia causar revoltas ou levantes. A partir do século XVI, a abundância de prata espanhola permitiu aos monarcas ampliarem seus contingentes militares sem o necessário aumento das receitas.

Como decorrência lógica, Anderson afirma que “A nobreza era uma classe de proprietários de terra cuja profissão era a guerra: a sua vocação social (...) [era] uma função intrínseca de sua posição econômica” (1985, p. 31). Com isso, a nobreza dominante se tornava uma classe móvel, que poderia governar a partir de qualquer lugar, pois a dominação se fazia sobre a terra, independente da população que a habitava.<sup>13</sup>

Para Anderson (1985, p. 33-34), a estrutura do estado monárquico, voltada para a guerra, privilegiava a nobreza e lhe permitia, ainda, manter a posição de classe dominante. Isso porque o aparelho fiscal-burocrático do estado absolutista era ocupado pela nobreza, que se ligava a ele por meio da compra de cargos. Como ressalta o autor, o absolutismo não rompeu completamente com a estrutura política tradicional, pois foi incapaz de centralizar a administração ou de atingir uma unidade jurídica. Por isso, grandes famílias da aristocracia disputavam o controle do aparelho estatal da monarquia: na Inglaterra, Dudley e Seymour ou Leicester e Cecil; na França, Guise, Montmorecy e Bourbon disputavam entre si os cargos políticos.

Se, de um lado, os nobres teriam que colocar suas riquezas à disposição da monarquia, por outro, poderiam usar seus cargos para extrair privilégios da população, pois no estado monárquico, assim como no período feudal, recaía sobre a população urbana e campesina a cobrança dos impostos, mesmo com a substituição das obrigações pelo pagamento de rendas em dinheiro. E a dupla cobrança de impostos sobre camponês – estado e senhores de terras – demonstrava haver um confronto entre a coerção político-legal centralizada no monarca e a exploração econômica ainda dispersa da aristocracia rural.

Cabe ressaltar, que a burguesia também se integrava ao Estado absolutista por meio da compra de posições e honras públicas, ainda que o topo da hierarquia social fosse mantido pela nobreza. Isso porque com a expansão dos exércitos e das guerras e, por conseguinte, do custo do aparato militar, dificuldades fiscais surgiram nos estados monárquicos. Assim, a venda de cargos públicos para a burguesia se tornou frequente, uma vez que era um instrumento financeiro essencial para os monarcas. Além disso, a política de venda de cargos tinha também uma função política, parte da estratégia de centralização e unificação do poder: enfraquecer o clientelismo da nobreza, ao tentar colocar a administração do estado fora do alcance da aristocracia (Anderson, 1985).

---

<sup>13</sup> Daí afirmar Maquiavel que “um príncipe não deve, portanto, ter outro pensamento ou objetivo senão a guerra, nem adquirir perícia em outra coisa que não seja a guerra, a sua organização e disciplina; porque a guerra é a única arte própria dos governantes” (Maquiavel, 1960 *apud* Anderson, 1985, p. 32).

O século XVII, como aponta Anderson (1985, p. 54), é o século do apogeu do absolutismo, porém também é o do descontentamento da nobreza, por conta do enfraquecimento de seus privilégios. A Inglaterra vivenciou a Revolução Puritana – também chamada de Revolução Inglesa – entre 1642-1651, ao passo que na França a Fronde irrompeu entre 1648 a 1653.<sup>14</sup> Já o século XVIII, continua o autor, é o século da reconciliação, na medida em que a alta burocracia foi “rearistocratizada”, em um contexto econômico mais estável e próspero. Parte da recuperação do prestígio e da estabilidade da nobreza no período foi devida à proteção e consolidação das grandes propriedades de terra – *vincolismo* – contra a pressão fragmentadora do mercado capitalista, como aponta o autor. As revoltas de cunho mais burguês é que marcam presença nesse período.<sup>15</sup>

Quanto ao pensamento econômico vigente nos estados absolutistas, Anderson (1985, p. 35) resgata Heckscher para argumentar que o mercantilismo foi a teoria dominante do absolutismo monárquico. “*La preocupación por el Estado se destaca, en efecto, en el centro de las tendencias mercantilistas, tal y como éstas se desarrollan históricamente; el Estado es, a la par, el sujeto y el objeto de la política económica del mercantilismo*” (Heckscher, 1983, p. 5).<sup>16</sup> No entanto, Anderson discorda do argumento de Heckscher quando este afirma que o mercantilismo buscava o aumento do poder de um estado, mais do que o aumento de suas riquezas.

---

<sup>14</sup> Anderson faz a ressalva de que essas revoltas não ocorreram exclusivamente por conta da nobreza. “Como é natural, esta reação [Revolução Puritana, Fronde, e outras revoltas na “Itália”, Espanha e “Alemanha” no mesmo período] nunca poderia transformar-se num assalto unificado e de grande escala da aristocracia à monarquia, pois ambas estavam ligadas por um cordão umbilical de classe: tampouco se registrou algum caso de revolta *puramente* da nobreza naquele século [século XVII]. O padrão característico foi quase sempre o de uma explosão sobredeterminada, na qual uma parcela *regionalmente* delimitada da nobreza erguia a bandeira do separatismo aristocrático e era apoiada por uma burguesia urbana descontente e por multidões plebeias, em levantes gerais” (1985, p. 53).

<sup>15</sup> A mudança no perfil dos ministros ingleses e franceses demonstra essa reconciliação com a nobreza. Anderson cita que na Inglaterra se tornaram ministros Robert Walpole, Conde de Orford (1721) e Thomas Pelham-Holles, Duque de Newcastle (1757); e na França, o Cardeal André-Hercule de Fleury (1726) e Étienne François, Duque de Choiseul (1758).

<sup>16</sup> Seguindo a interpretação de Schmoller (1986), Heckscher afirma que essas ideias visavam à consolidação da unidade econômica e política do estado. O mercantilismo era um sistema unificador, que sujeitava todas as forças econômicas às conveniências do estado. “(...) *el mercantilismo como sistema de poder constituía, por tanto, ante todo, un sistema de aplicación de la política económica al servicio del poder como un fin en sí*”. (Heckscher, 1983, p. 463) Seu alvo era fortalecer o poder do estado, em face de outros. Assim, o mercantilismo, como sistema de poder, reflete a busca pelo fortalecimento das finanças, do comércio e da posse de metais, ao mesmo tempo que enfraquece os estados vizinhos, visto que essa ideologia estava inspirada na concepção de que a quantidade de recursos no mundo era limitada.

Nesse sentido, as facetas da unidade econômica e política são os dois aspectos fundamentais dessa doutrina, e sem eles não se pode compreender o mercantilismo, segundo aponta Heckscher. “*Tanto la acción unificadora como la propensión al poder eran emanaciones clara del mercantilismo, en cuanto sistema económico de los nuevos Estados soberanos (...). Todo Estado tenía forzosamente que aspirar a un mínimo de unidad económica y de poder exterior.*” (Idem, p. 8).

Heckscher (...) [deixou] passar o ponto essencial, que é o da *indistinção* entre economia e sistema político na época da transição que gerou as teorias mercantilistas. Discutir qual dos dois teve “primazia” sobre o outro constitui um anacromismo (sic), porque não havia na prática uma separação tão rígida entre eles, até o advento do *laissez-faire*. (1985, p. 35).

Reforçando seu ponto de vista, Anderson faz uma contraposição entre mercantilismo e liberalismo. A doutrina mercantilista era reflexo das aspirações da classe dominante feudal, era a teoria da intervenção do Estado na economia e estava associada a um comportamento belicoso do estado, na busca da renda proveniente da guerra.<sup>17</sup> Em suas palavras:

As teorias mercantilistas da riqueza e da guerra estavam, na verdade, conceitualmente interligadas: o modelo de comércio mundial de soma-zero, que inspirava seu protecionismo econômico, derivou-se do modelo de política internacional de soma-zero, inerente ao seu belicismo. (1985, p. 36).

Já o liberalismo burguês do *laissez-faire* era pacífico, pregava a separação entre sistema político e econômico e se opunha, assim, ao mercantilismo.

No entanto, Anderson identifica que havia um paradoxo no estado absolutista: ele era “um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida (...) [asseguravam] os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes” (1985, p. 39).<sup>18</sup> Como o capitalismo mercantil não exigia uma ruptura com a ordem agrária feudal, foi possível a existência desse paradoxo. O absolutismo monárquico, ou como defende Anderson, o feudalismo reestruturado, permitia o desenvolvimento do capitalismo mercantil, pois era do interesse das monarquias e da nobreza o incentivo ao comércio, com o intuito de reforçar o tesouro e financiar a política externa belicosa. Apesar disso, a dominação e os privilégios da classe nobre ainda eram assegurados. Nas palavras do autor:

A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado feudal tardio, ao mesmo tempo em que beneficiaram a burguesia emergente. Expandiram os rendimentos tributáveis de um, fornecendo oportunidades comerciais às outras (...). No entanto, (...) o caráter irredutivelmente feudal do absolutismo permanecia. Era um Estado fundamentado na supremacia social da aristocracia e confinado aos imperativos da propriedade fundiária. A

<sup>17</sup> Anderson (1985) afirma que a Guerra dos Trinta Anos foi a última das guerras “territoriais-feudais”, de cunho mais dinástico e religioso. Depois, começaram as guerras comerciais marítimas nos anos 1650-60 entre Inglaterra e Províncias Unidas. Essas novas guerras eram características dos Estados que, segundo ele, sofreram revoluções burguesas, em função de suas disputas capitalistas.

<sup>18</sup> Foi essa “aliança” entre a burguesia e o Estado, a primeira por meio de empréstimos e patrocínios à monarquia, e o segundo, por meio da criação de empreendimentos e oportunidades de investimentos que permitiu a acumulação primitiva de capital – essencial para o modo de produção capitalista posterior. Como exemplos dessa aproximação entre Estado e burguesia, Anderson (1985) cita: uniformização de dos sistemas jurídicos; abolição de barreiras ao comércio e aumento do protecionismo; criação de oportunidades lucrativas mediante empréstimos à coroa; patrocínio de empreendimentos coloniais e companhias de comércio.

nobreza podia confiar o poder à monarquia e permitir o enriquecimento da burguesia: as massas estariam ainda à sua mercê. Nunca ocorreu nenhuma derrogação “política” da classe nobre no Estado absolutista. (1985, p. 40-41).

### 2.3 BARRINGTON MOORE

Por fim, Barrington Moore (1983) tem uma abordagem que, conquanto tenha foco em traçar as precondições históricas da democracia e do autoritarismo nas sociedades modernas a partir de trajetórias individuais, pode trazer novos e diferentes elementos para a análise do presente trabalho. Segundo ele, a comparação dos diferentes caminhos seguidos pelos estados no curso de suas formações permite levantar novas questões, produzir novas generalizações e contrapor as interpretações consagradas. Nesse sentido, ele identifica três trajetórias principais de formação dos estados: a trajetória da democracia, do fascismo e do comunismo.<sup>19</sup>

A primeira é o caminho das revoluções burguesas, entre as quais a Revolução Puritana; a Revolução Francesa (1789); e a Guerra de Secessão, ou Guerra Civil Americana (1861-1865). Apesar do sentido marxista dessa expressão, Moore entende que ela representa bem as violentas mudanças que ocorreram na Inglaterra, França e Estados Unidos. Em suas palavras:

À parte o fato de esta expressão constituir uma bandeira vermelha para muitos estudiosos, dadas as suas implicações marxistas, (...) acho que é uma designação necessária para determinadas alterações violentas que se verificaram nas sociedades inglesa, francesa e americana, no seu caminho para a transformação em modernas democracias industriais (...). (1983, p. 4-5).

Uma característica comum a essas revoluções é o surgimento de um grupo com uma base econômica independente, que luta contra os entraves existentes a um capitalismo democrático. Incluem não só comerciantes e fabricantes, mas também funcionários, acadêmicos, letrados e outros setores médios urbanos. Reivindicavam comumente redução – quando não o fim – dos privilégios nobiliárquicos, mais participação no dinamismo econômico e também na vida política. Os aliados e os adversários desse ímpeto burguês variavam em cada situação. Na Inglaterra, como exemplo, a classe dos senhores de terras esteve ao lado desse impulso, enquanto na França ela se opôs ao movimento burguês e

---

<sup>19</sup> Moore ainda identifica uma “quarta” trajetória, que na verdade representa a falta de um impulso modernizador. “Nesse país [Índia], até agora, não houve nem revolução capitalista a partir de cima ou de baixo, nem revolução da classe camponesa que levasse ao comunismo.” (p. 6). Apesar da inexistência de forças modernizadoras, o autor vislumbra que alguns pré-requisitos históricos da democracia estão presentes na sociedade indiana, como um regime parlamentar bastante atuante.

fracassou. O mesmo ocorreu com os camponeses, pois quando suas demandas não coincidiam na direção de um capitalismo democrático eles fracassaram (Moore, 1983, p. 5).

A segunda trajetória, trilhada por Alemanha e Japão, também tem um perfil capitalista, mas é “(...) a forma capitalista e reacionária. Equivale a uma forma de revolução vinda de cima” (Moore, 1983, p. 5), que deu origem ao fascismo. A classe comercial era fraca e incapaz de levar à revolução burguesa, e mesmo as alianças com elementos das antigas classes dominantes não fizeram mais do que promover algumas mudanças político-econômicas para a criação de uma sociedade industrial. O impulso revolucionário burguês não tinha a mesma força de seus congêneres ingleses ou franceses e a breve e frágil democracia, nesses estados, culminou no fascismo.

Por fim, o último caminho apontado por Moore, seguido por Rússia e China, é o comunismo. “As grandes burocracias agrárias desses países serviram para inibir os impulsos comerciais e mais tarde industriais, com mais força do que nos casos precedentes” (1983, p. 6). A classe comercial era fraca, incapaz de conduzir o estado à modernização. Além disso, e em função da ausência dos impulsos modernizadores, a presença da grande população camponesa se preservou. Assim, à medida que as forças e tensões pressionavam a classe camponesa, ela acabou por se tornar a principal força revolucionária, responsável por levar as sociedades russa e chinesa na direção do comunismo.

Moore ainda ressalta que as trajetórias de cada estado são apenas dominantes e não exclusivas. Ou seja, o êxito de uma trajetória não exclui a presença de elementos de outros caminhos que, no entanto, fracassaram. Assim, explica Moore, durante o período da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas (1803-1815) existiu tanto na Inglaterra quanto na França componentes do tipo reacionário alemão: “uma coligação entre as elites proprietárias mais antigas e as classes comerciais e industriais nascentes, dirigida contra as classes inferiores na cidade e no campo (...)” (1983, p. 7). Do mesmo modo, o absolutismo francês tinha traços presentes no tzarismo russo ou na China imperial.

Diante do exposto, convém ressaltar alguns pontos das linhas argumentativas de cada autor. Para Tilly (1996), a guerra é o elemento central para a construção de um estado e, para fazer guerras, a interação entre capital e coerção é crucial. Nesse sentido, França e Inglaterra foram, para ele, os exemplos mais exitosos de formação de estados – os estados nacionais – visto que se tornaram capazes de controlar os meios de coerção e obter acesso ao capital de forma equilibrada e, por isso, sobressaindo na prática da guerra.

Contudo, a trajetória dos dois estados foi significativamente distinta. Para Moore, “todas as principais variantes estruturais e tendências históricas da sociedade francesa do *ancien régime* diferiam fortemente das da Inglaterra, desde o século XVI ao século XVIII” (1983, 47). Na visão do autor, foi decisivo para a Inglaterra o fortalecimento da nobreza proprietária de terras em detrimento do poder monárquico, a destruição do campesinato e o desenvolvimento da agricultura comercial – processos esses interligados. Já na França, a nobreza, em vez de se tornar independente da monarquia, se tornou parte dela e se preservou à custa dos camponeses – os quais não foram eliminados, mas sim consolidaram sua propriedade – de modo que as atividades comercial e produtiva francesas atrasaram-se em relação às inglesas.<sup>20</sup> Além disso, a monarquia francesa teve a peculiaridade de incorporar a burguesia à sua estrutura, por meio da política de venda de cargos (*idem*, p. 47)

Anderson (1985), por sua vez, entende que o papel da nobreza é essencial para a compreensão do processo de formação dos estados nacionais, uma vez que, para ele, o absolutismo monárquico era apenas uma nova forma de dominação feudal. E, diante disso, coube à classe nobiliárquica se adaptar a uma nova realidade, inserindo-se na estrutura da monarquia, sobretudo nos altos escalões burocráticos, como forma de preservar e assegurar seus privilégios e seu prestígio, advindos de sua condição de classe dominante.

Portanto, sob essas três perspectivas serão analisados, a seguir, os processos de formação dos estados nacionais na Inglaterra e na França.

---

<sup>20</sup> Na visão de Moore, “as maneiras (...) [pelas quais as] classes superiores e camponesas reagiram ao desafio da agricultura comercial constituíram fatores decisivos para determinar os resultados políticos [na formação dos estados inglês e francês]” (1983, p. 6).

### 3 A TRAJETÓRIA INGLESA

Parece haver um consenso entre Anderson (1985) e Moore (1983) no sentido de que a Inglaterra, no curso do processo de formação de seu estado, vivenciou a monarquia absolutista mais fraca e breve da Europa Ocidental.<sup>21</sup> No entanto, como afirma Anderson, a monarquia feudal inglesa foi uma das mais poderosas da Europa na Idade Média, fato que se reflete nas constantes incursões inglesas sobre o norte da França na Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Portanto, há que se indagar o que levou a uma ruptura política significativa entre esses dois períodos. A relação da nobreza com a monarquia e seu papel diante do florescimento comercial na Inglaterra são fatores considerados por ambos os autores.

A precoce centralização administrativa da monarquia feudal inglesa, decorrente da rápida conquista militar e da limitada dimensão do território inglês, eis que se trata de uma ilha possibilitou a formação de uma nobreza bastante unificada, ainda no período feudal, com um grau de representação na organização política medieval bastante elevado. A constituição, com a assinatura da Magna Carta em 1215, de um Parlamento de caráter “nacional” – e não de várias assembleias locais – dotado de poderes capazes de limitar o direito de legislar do monarca, ilustra essa situação. Igualmente, a participação direta da nobreza na estrutura administrativa inglesa, na medida em que os chefes dos tribunais locais eram escolhidos pelo rei entre a nobreza local, também releva o caráter primitivo da centralização dos poderes real e nobiliárquico. (Anderson, 1985, p. 113-115; Tilly, 1996, p. 227-228)

Em termos militares, a nobreza tinha um poderio superior à do continente e se destacava por incursões externas ao seu território. As pilhagens na Guerra dos Cem Anos foram feitos espetaculares para seu tempo, como aponta Anderson. No entanto, a superioridade da nobreza inglesa não advinha de sua força marítima, já que era inexistente à época<sup>22</sup>. Ela

---

<sup>21</sup> “(...) a mais forte monarquia medieval do Ocidente foi justamente aquela que produziu o absolutismo mais fraco e de menor duração. Enquanto a França se tornava a terra natal do mais formidável Estado absolutista da Europa ocidental, a Inglaterra experimentava uma variante de governo absolutista particularmente acanhada em todos os sentidos” (Anderson, 1985, p. 112)

“Mais especificamente, a partir do século XIV, há diversos fatores sinais que indicam a crescente importância do comércio, tanto na área rural como nas cidades, o dismantlar do feudalismo e a sua substituição pela versão inglesa relativamente fraca do absolutismo real, ambos transportados pelas estruturas de uma luta religiosa cada vez mais violenta que constituía, em parte, um reflexo e, em parte, uma causa das ansiedades e amarguras que necessariamente acompanham o declínio de um tipo de civilização e o nascimento de uma nova civilização.” (Moore, 1983, p. 12)

<sup>22</sup> Anderson aduz que nesse período, dos séculos XIV e XV, não havia grandes batalhas marítimas no Canal da Mancha, mas apenas combates em baías e estuários. Os maiores barcos de guerra, as galeras, se concentravam no Mediterrâneo. “A superioridade estratégica dos agressores ingleses durante a maior parte do conflito não se baseava, como pode sugerir uma ilusão retrospectiva, no controle do poder marítimo. Com efeito,

foi produto da interação e da solidez política muito maiores da monarquia feudal inglesa, cuja capacidade administrativa para explorar seu patrimônio e convocar sua nobreza foi, até o momento final da guerra, muito maior que a da monarquia francesa (...) (Anderson, 1985, p. 117)

Em outras palavras, a monarquia feudal inglesa, ao longo dos séculos XIII e XIV, foi capaz de extrair recursos de forma eficiente, em função de sua pequena extensão territorial e também pelo fato de que as cidades inglesas faziam parte dos domínios reais (Tilly, 1996, p. 113) Assim, ela foi capaz de se mobilizar para a preparação e prática da guerra, tanto interna – eliminando rivais e consolidando o poder monárquico – quanto externa – atacando e pilhando a costa francesa – enquanto o controle dos meios de coerção e o acesso ao capital possibilitavam uma centralização administrativa precoce, comparativamente ao continente.

Com a eclosão da Guerra das Duas Rosas (1455-1485) nos fins do século XV, os recursos usados na prática da guerra pelos nobres passaram a ser empregadas internamente na luta pela coroa – cujo desfecho foi a ascensão da dinastia Tudor.<sup>23</sup> Como consequência, externamente o poder militar inglês sobre o continente europeu se enfraqueceu, ao passo que internamente a coesão política derivada da primitiva unificação nobiliárquica se desfez, abrindo caminho para que a nova dinastia reinante pudesse fortalecer ainda mais seu poder. Nesse sentido é a visão de Moore, segundo a qual a Guerra das Duas Rosas

(...) foi para a aristocracia proprietária de terras, mais do que uma catástrofe natural, uma catástrofe social, um derramamento de sangue que muito a enfraqueceu e permitiu à dinastia Tudor, que emergiu da contenda, retomar com maior êxito o sistema de consolidação do poder real. (1983, p. 13)

Henrique VII (1485-1509), o primeiro dos Tudors, foi responsável por introduzir diversas mudanças na estrutura da monarquia inglesa, para fortalecer e centralizar o poder real. Tropas uniformizadas e guerras privadas foram proibidas, o governo local passou ao controle monárquico, conselhos especiais foram criados, aumentou-se a tributação. No fim de seu reinado, no início do século XVI, as bases para uma monarquia absolutista tinham sido criadas, segundo aponta Anderson (1985, p. 118). Já Henrique VIII (1509-1547), se por um lado não introduziu novas reformas administrativas, por outro centralizou ainda mais seu

---

as frotas dos mares do norte não passavam de transportes improvisados de tropas (...) incapazes de patrulhar regularmente o oceano. Os barcos de guerra propriamente ditos confinavam-se ainda, em grande parte, no Mediterrâneo, onde a galera movida a remo era a arma das verdadeiras guerras marítimas. As batalhas travadas no mar eram, por conseguinte, naquela época, desconhecidas nas águas atlânticas (...). Era impossível então o ‘controle estratégico do mar’” (Anderson, 1985, p. 116).

<sup>23</sup> Esse é o posicionamento de Anderson, ao afirmar: “Uma vez que não existia uma autoridade real vitoriosa para manter unida a alta nobreza, a arcaica máquina de guerra medieval volta-se sobre si própria, enquanto as rivalidades entre os grandes senhores feudais liberavam por todo o país os seus embrutecidos dependentes e bandos de soldados contratados, e usurpadores rivais engalfinhavam-se na luta pela sucessão.” (1985, p. 117)

poder ao romper com a Igreja Católica em 1529. Tal ruptura exigiu a convocação do Parlamento, a obtenção de apoio político e a criação de leis mais radicais, cujo resultado foi a intensificação do poder real, em detrimento dos eclesiásticos e da nobreza.

A ascendência da monarquia sobre a nobreza se torna mais evidente quando se faz a comparação dela com a atuação do Parlamento inglês, que seguia exercendo as mesmas funções legislativas lhe conferidas ainda no século XIII: aprovar e autorizar a tributação do rei.<sup>24</sup> Esse fortalecimento da monarquia inglesa no século XV era consequência das medidas e reformas adotadas ao longo dos reinados anteriores, sobretudo com a política de desarmamento da população e da nobreza. (Tilly, 1996, p. 126; Moore, 1983, p. 14) Segundo Tilly,

na Inglaterra, os Tudors suprimiram os exércitos particulares, limitaram o poder principesco dos grandes senhores ao longo da fronteira escocesa, contiveram a violência aristocrática e eliminaram os castelos-fortaleza que antes simbolizavam o poder e autonomia dos grandes magnatas ingleses (*idem*).

Contudo, a inexistência de um aparelho militar significativo colocou a Inglaterra numa posição peculiar, que a tornava inferior aos seus principais estados absolutistas em formação concorrentes: Espanha e França. Essa situação é considerada crucial por Anderson para a compreensão da evolução do estado inglês nos séculos seguintes:

Para compreender por que o absolutismo inglês tomou a forma peculiar assumida no século XVI e início do século XVII, faz-se necessário (...) alcançar todo o contexto internacional da Europa renascentista. Nesse sentido, enquanto o Estado Tudor era construído com êxito no plano interno, a posição geopolítica da Inglaterra no exterior sofrera rápida e silenciosamente uma drástica mudança (...). Por volta do início do século XVI, o equilíbrio de forças entre os Estados ocidentais mais importantes modificara-se por completo. A Espanha e a França (...) eram agora monarquias dinâmicas e agressivas que disputavam entre si a conquista da Itália. A Inglaterra fora rapidamente superada por elas (1985, p. 121)

Anderson explica que a Inglaterra foi suplantada pelos seus rivais mesmo estando as três monarquias em um grau de consolidação interna similar. Apesar de equiparadas politicamente, as vantagens demográficas – maior população – e geográficas – necessidade de construir e manter grandes exércitos permanentes no continente – da França e Espanha lhes permitiram superar o poderio da monarquia inglesa. Esta, por sua vez, se via desobrigada a possuir um forte aparato militar, visto que se encontrava fora da Europa continental. Sob a ótica de Tilly (1996), pode-se afirmar que a Inglaterra, nesse momento, já não mais tinha controle dos meios de coerção e acesso ao capital em volume suficiente para rivalizar com

---

<sup>24</sup> Anderson aponta que o poder absolutista de Henrique VIII, nesse período, era perfeitamente comparável ao de Francisco I da França, seu contemporâneo. (1985, p. 121)

seus rivais. Por consequência, suas incursões marítimas, significativas nos séculos XIV e XV, logo se tornaram obsoletas.

Essa nova configuração de poder, no entanto, não foi rapidamente assimilada pela monarquia inglesa, segundo aponta Anderson. Nas primeiras décadas do século XVI os Tudors tinham pretensões militares incompatíveis com a nova divisão de forças – diversos assaltos à costa francesa fracassaram nesse período. “O orgulho marcial e as ambições continentais de seus antecessores da última fase medieval ainda estavam vivos na memória da classe dominante inglesa da época.” (1985, p. 122) O último dos ataques, em 1543, foi bastante custoso para a coroa, o que levou Henrique VIII a contrair empréstimos e a lançar no mercado as terras confiscadas dos mosteiros católicos (quando da ruptura com a Igreja 14 anos antes).<sup>25</sup>

Nas décadas seguintes, a inferioridade militar inglesa teve importantes repercussões na política externa. Em lugar de ampliar os domínios territoriais, a política era preventiva, evitando ocupações de outras monarquias em territórios estratégicos, como nas Províncias Unidas.<sup>26</sup> Desse modo, como aponta Anderson (1985), restou à monarquia inglesa se voltar para a Irlanda – um reduto ainda arcaico, cuja organização social era comunitária, a economia era camponesa e não havia monarquia centralizada. Os Tudors adotaram medidas para reafirmar gradualmente o poderio inglês sobre a ilha e, apesar de insurreições, a Irlanda foi anexada à Inglaterra em 1603.

O gradual fim das pretensões militares,<sup>27</sup> o isolacionismo inglês e a política de centralização de poder dos Tudors levaram a um processo de desmilitarização precoce da nobreza, a partir do fim do século XV e ao longo do século XVI. Ocorreu uma desvinculação da nobreza de sua função militar tradicional, antes de qualquer outro Estado continental – o que traria repercussões fundiárias futuras. Ao mesmo tempo, a classe nobre aproximou-se,

---

<sup>25</sup> Visto em retrospecto, o episódio das vendas das terras monásticas comprometeu a formação futura de uma forte base econômica da monarquia inglesa, ao enfraquecer, no longo prazo, o próprio estado e ao fortalecer os *yeomen*. Sem seus domínios territoriais, que somavam cerca de um quarto das terras do reino, a monarquia ficava dependente da tributação para auferir novas rendas, o que significava estar sujeita à aprovação do Parlamento. Nesse sentido é a interpretação de Anderson. (1985, p. 123-124)

Do ponto de vista geral, Anderson afirma que o legado do reinado de Henrique VIII foi de depreciação monetária, de instabilidade da autoridade política monárquica, de insegurança rural, levantes camponeses, crises religiosas e inquietação da nobreza. Em outras palavras, “[a] unidade do aparelho de Estado Tudor parecia temporariamente ameaçada” (*idem*, p. 127).

<sup>26</sup> Esse episódio envolve um longo período de tempo, que abrange a Guerra dos Oitenta Anos, também chamada de Guerra da Independência da Holanda (1568-1648) – face à Espanha – e a Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604). No entanto, não houve ganhos territoriais ou financeiros para a Inglaterra.

<sup>27</sup> Ainda com relação à nova posição militar inglesa, Anderson possui uma posição semelhante à Tilly (1996), acerca da importância das guerras, ao argumentar que “A máquina repressiva e burocrática da monarquia permaneceu muito exígua, se comparada com o seu prestígio político e autoridade executiva. Acima de tudo, faltava-lhe o motor de propulsão das guerras por territórios, que acelerara o desenvolvimento do absolutismo no continente” (1985, p. 128)

também de forma precoce, das atividades de cunho comercial, tais como a produção de lã e a manufatura têxtil, em expansão desde o século XV (Anderson, 1985, p. 124-125)

Nesse mesmo sentido, Moore afirma que a política promovida pelos Tudors – desarmamento da nobreza e comercialização de terras – acabaram por ruir os traços feudais da sociedade inglesa. “A terra e as relações dominiais nela baseadas tinham deixado em larga medida de ser elo de ligação entre o senhor e os seus dependentes”. (Moore, 1983, p. 13) A terra deixou de ser instrumento para alimentar pessoas e passou a ser objeto de investimentos e fonte de capital, gradualmente transformando-se em propriedade privada ao se livrar das obrigações que lhe eram inerentes no período feudal. Diante disso, Moore defende que a liberdade econômica cedo floresceu na sociedade inglesa, uma vez que já na década de 1580 o mercado de terras apresentava grande movimentação, fato que só foi possível devido às mudanças estruturais ocorridas em função da venda das terras confiscadas por Henrique VIII (1983, p. 16) – conquanto reconheça que desde o século XIV o comércio, sobretudo de lã, apresentava importância crescente para a economia inglesa.

Ao mesmo tempo que o regime de terras estava mudando, o (antigo) senhor feudal se transformava em negociante, que explorava a terra buscando lucro e eficiência, como esclarece Moore. E tanto a *gentry* quanto os *yeomen* foram afetados por esse processo. Quanto aos últimos, esclarece o autor, não possuíam muitos recursos, mas concentravam suas atividades na criação de carneiros e no cultivo de cereais para venda. Eles eram, nesse sentido, “(...) a força principal que se encontrava por trás dos *enclosures*<sup>28</sup> camponeses.” (1983, p. 18)

Moore prossegue analisando a participação da nobreza nas transformações em curso no século XVI. Segundo ele,

aqueles que promoveram a onda do capitalismo agrário, os principais vendedores da luta contra a ordem antiga, provinham do conjunto dos *yeomen* e, mais ainda, das classes superiores proprietárias de terras. As principais vítimas do progresso foram, como habitualmente, os vulgares camponeses (1983, p. 19)<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Segundo Moore (1983, p. 16-17), o termo *enclosure* tem vários significados e seus sentidos foram mudando com o tempo. Inicialmente significava a usurpação de terras comuns sobre as quais os camponeses tinham direito de uso pelos senhores, durante o século XVI.

<sup>29</sup> Isso ocorria porque, de certa forma, os camponeses se agarravam às tradições da ordem antiga quanto à organização do sistema agrário inglês, que favorecia a exploração comum das terras para pastagens e cultivos. Essa situação era mais benéfica, porque conferia a eles uma situação melhor que a dos os camponeses do continente.

A despeito das mudanças na organização da sociedade inglesa, a monarquia manteve as políticas de centralização de poder, em busca do fortalecimento do estado absolutista. No entanto, para Moore

a principal consequência da política real foi hostilizar aqueles que gozavam do direito de fazer aquilo que queriam – e que achavam benéfico – na sua própria propriedade. A política real levou à ligação dos elementos voltados para o comércio, na cidade e no campo (...) de modo a formarem uma oposição coerente à própria coroa (1983, p. 21-22)

A oposição à monarquia inglesa foi mais clara no século XVII. O período foi marcado pela ascensão dos Stuarts e pela união pessoal da Escócia à Inglaterra, sob a coroa de Jaime I (1603-1625). Como esclarece Anderson (1985, p. 137), os Stuarts se assemelhavam às monarquias continentais, em termos políticos e administrativos, ao adotar medidas para centralizar o poder monárquico – ou os meios de coerção, na acepção tillyana. Conflitos com o Parlamento, nobreza e classes fundiárias e desordens sociais e religiosas ocorreram ao longo de décadas. A política agrária, para Moore não teve êxito, apenas contribuindo para deteriorar a estabilidade social. (1983, p. 22) As limitações fiscais impostas pelo Parlamento e o aparelho fiscal-burocrático menor e mais leve, em função da desnecessidade de custear um grande exército permanente, obrigaram a monarquia a adotar novos artifícios financeiros para arcar com os custos do estado, o que agravou o antagonismo entre a monarquia, a classe fundiária e a nobreza (Anderson, 1983, p. 139-140; Tilly, 1996, p. 230)

Ao mesmo tempo que a inexistência de recursos para criar um aparato burocrático-militar forte e opressor impedia o fortalecimento e a maior centralização do poder real, a nobreza tampouco tinha recursos militares para uma insurreição contra a monarquia inglesa, visto que fora desmilitarizada ao longo de décadas. Foi na Escócia – cuja nobreza não havia sido desarmada – portanto, que ocorreu uma rebelião aristocrática contra a coroa, a Guerra dos Bispos (1639-1641). Como pontua Anderson,

a monarquia inglesa não poderia reunir uma força militar comparável. Assim, havia uma lógica subjacente ao fato de a invasão escocesa de 1640 ter finalmente posto fim ao domínio pessoal de Carlos I [1625-1649]. O absolutismo inglês pagou o tributo de sua falta de armas (1985, p. 141)

Fazendo-se um paralelo com Tilly (1996), pode-se afirmar que a monarquia inglesa era incapaz de alcançar uma acumulação dos meios de coerção suficiente para fortalecer e consolidar o absolutismo monárquico – ou seja, eliminar seus rivais internos – o que torna esse período bastante peculiar dentro da trajetória inglesa, definida pelo autor como coerção capitalizada, marcada pelo equilíbrio entre acesso e uso de coerção e capital. Contudo, as

políticas absolutistas dos Stuarts apenas contribuíram para agravar as tensões sociais e a oposição ao monarca, em um ambiente já instável por conflitos religiosos e insatisfação de diversas classes sociais. Nesse sentido, esse período pode ser caracterizado, segundo a tipologia de Tilly (1996, p. 72), como *sem estado*: um estágio na trajetória de formação dos estados nacionais em que a ausência de controle – tanto acumulação quanto concentração – sobre os meios de coerção impedem que o monarca governe de fato.

Por decorrência, a rebelião escocesa e a rebelião católica que eclodiu na Irlanda em 1641 conduziram a Inglaterra à guerra civil. O desfecho, em linhas gerais, foi a ascensão do Parlamento em detrimento da monarquia inglesa, que perdeu inúmeras das prerrogativas conquistadas nas décadas anteriores (Anderson, 1985, p. 140-141; Moore, 1983, p. 29). A assinatura do *Bill of Rights*, após a Revolução Gloriosa de 1688, marcou o fim do absolutismo inglês. “Antes que pudesse chegar a sua maturidade, o absolutismo inglês foi interrompido por uma revolução burguesa.” (Anderson, 1985, p. 142)<sup>30</sup>

Analisando a Revolução Puritana, Moore considera que uma de suas causas mais importantes foi a oposição dos senhores de terras, bem como de parcela dos *yeomen*, movidos por interesses comerciais, ao rei e à ordem antiga. (1983, p. 22) O gradual florescimento do comércio, desde o século XIV, desencadeou um processo de transformação da agricultura tradicional em uma agricultura comercial e capitalista. E em sua visão, a classe mais empreendedora foi, no entanto, a *gentry*. “Da *gentry*, como classe, surgiram pois os principais representantes de uma tendência histórica decisiva que modificou a estrutura da sociedade rural inglesa” (*idem*, p. 23).

Tais mudanças, aliadas às políticas impostas pela monarquia, produziram diversos segmentos sociais descontentes, desde as camadas mais pobres até a alta nobreza, que se rebelaram contra a ordem antiga.<sup>31</sup> O símbolo da guerra civil, para Moore, foi a decapitação de Carlos I. “(...) o destino de Carlos I constituiu um aviso sombrio para o futuro.

---

<sup>30</sup> O caráter burguês da Revolução Puritana é contestado por Moore, uma vez que “As classes superiores rurais mantiveram o comando firme da política (...) não só durante o século XVIII, como ainda após a Lei da Reforma de 1832.” (1983, p. 27) Apesar disso, ele reconhece que a questão se torna irrelevante diante das complexidades conceituais que ela suscita. “Mas, em relação às realidades da vida social, esse aspecto é trivial. As influências do capitalismo tinham penetrado e transformado grande parte da zona rural muito antes da Guerra Civil. A ligação entre senhor rural *encloser* e a burguesia estava tão apertada e íntima a ponto de ser difícil concluir onde uma começa e a outra acaba (...)” (*idem*)

<sup>31</sup> Moore esclarece que, apesar de oposições pontuais à monarquia, a alta nobreza não se opôs verdadeiramente ao rei e à igreja, os pilares da ordem social. Havia insatisfação, mas também medo das classes mais baixas, o que explica a posição ambígua e nada clara da alta nobreza na revolução. “Havia muitos elos que mantinham os modernizadores e os tradicionalistas ligados na mesma camada social, e, entre esses elos, estava o medo comum das camadas inferiores, a ‘arraia-miúda’. Esses elos ajudam a explicar o motivo por que os alinhamentos das classes estavam longe de ser claros nesta Revolução.” (1983, p. 24) Anderson (1985) também partilha de opinião similar. *Vide* nota 12.

Posteriormente, nenhum rei inglês tentou de novo levar a sério o absolutismo real.” (1985, p. 24)

As consequências da revolução foram permanentes e significativas, segundo Moore (1983). A derrota do absolutismo inglês abriu caminho para o avanço dos cercamentos. A *Star Chamber*, principal proteção camponesa contra os *enclosures*, foi abolida, o que permitiu que os senhores de terra, por meio do Parlamento, pudessem governar na prática, segundo seus interesses comerciais.<sup>32</sup> Nas décadas que se seguiram, à medida que o processo de mercantilização das terras se aprofundava, mais a extensão das propriedades rurais se ampliava e mais a comunidade camponesa tradicional era arruinada, segundo relata Moore, visto que novas técnicas foram introduzidas, reduzindo custos e ampliando as receitas.

(...) o período desde cerca de 1688 até o final das Guerras Napoleônicas foi a idade de ouro da grande propriedade rural. Em zonas importantes do país, as grandes propriedades rurais se alastravam pelos campos, às vezes à custa da nobreza menor, e, mais significativamente, à custa dos camponeses (...). Foi uma época de melhoramento das técnicas da agricultura, com o aumento da utilização dos adubos, novas culturas e formas de rotação. Não podiam, de modo algum, aplicar-se novos métodos aos campos sujeitos às regras do cultivo comum; as suas despesas eram mais difíceis de suportar (...) (1983, p. 30-31)

Quando ainda prevalecia o sistema de campos abertos, as pequenas comunidades de aldeias eram capazes de se sustentar, havendo certa igualdade econômica baseada em divisão social do trabalho. Porém, com o avanço dos cercamentos os principais prejudicados foram, certamente, os camponeses – principalmente os que não tinham direitos legalizados sobre as terras que utilizavam para o sustento. Os campos comuns desapareceram, as aldeias foram desmanteladas e os camponeses foram despojados de suas terras para servirem de mão de obra para construir os *enclosures*, isto é, construir valas, erguer cercas etc. Como pontua Moore, “(...) os *enclosures* fortaleceram muito os mais importantes senhores rurais e quebraram a coluna dorsal do campesinato inglês, eliminando-o como fator da vida política britânica” (1983, p. 36).<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Afirma Moore que “Ao quebrar o poder do rei, a Guerra Civil varreu a principal barreira que impedia os senhores rurais de praticar o *enclosure* e, simultaneamente, preparou a Inglaterra para ser governada por uma ‘comissão de senhores rurais’, o que constituiu uma designação razoavelmente exata, embora pouco lisonjeira para o Parlamento do século XVIII.” (1983, p. 27). Cabe ressaltar, no entanto, que o fortalecimento político e econômico dos senhores de terras começou antes mesmo da Guerra Civil, em função do espaço deixado pela pequena e fraca burocracia real construída pelos Tudors e Stuarts. Com as revoluções do século XVII, esse processo se consolida. (*idem*, p. 30)

<sup>33</sup> Em termos práticos, o capitalismo rural que se desenvolvia se compunha do grande proprietário rural que não trabalhava – frequentemente um nobre – o qual, na ausência de camponeses, alugava seus domínios a um reideiro que, por sua vez, contratava assalariados para executar os trabalhos sobre a terra. O senhor se encarregava dos impostos, enquanto o capital era proveniente do arrendatário. “(...) foram os grandes arrendatários, em conjunto com os ricos proprietários privados (...) os verdadeiros pioneiros do desenvolvimento agrícola (...)” (Moore, 1983, p. 32)

A despeito de todas as transformações em curso, outro fator importante para a formação do estado inglês – além da posição político-econômica da nobreza e do florescimento comercial precoce – precisa ser considerado: o crescimento da marinha inglesa. Se o expansionismo terrestre inglês se resumiu à Irlanda, seu poderio naval começou se expandir rapidamente ainda no período dos Tudors.<sup>34</sup> Anderson atenta para a importância dessa situação: “O avanço estratégico decisivo para o caráter geral da classe fundiária inglesa e seu Estado não estaria aí [nas conquistas terrestres], e sim na lenta reorientação no sentido do aparelhamento e da expansão navais durante o século XVI” (1985, p. 132).

Até o fim do século XVI a armada inglesa já rivalizava com as armadas portuguesa e espanhola, e a vitória sobre a Invencível Armada em 1588, ainda que pontual na Guerra Anglo-Espanhola, causou desdobramentos importantes, sobretudo do ponto de vista militar-naval para a elevação, décadas depois, da Inglaterra à condição de marinha mais poderosa da Europa.<sup>35</sup> Desse episódio, duas consequências ocorreram, segundo Anderson: a substituição das guerras terrestres pelas marítimas – proporcionalmente, bancar uma marinha era menos custoso que custear um exército permanente – e o aumento do interesse da nobreza pela atividade comercial, visto que a marinha tinha, além da natureza militar, uma finalidade comercial.

Passada a Restauração (1688) e finda a dinastia dos Stuarts, a relação entre Parlamento e monarquia se tornou mais estável, enquanto a classe dos proprietários de terras agia como promotor da política do capitalismo comercial. Externamente, com o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) a Inglaterra se transformou no maior império colonial do mundo (Tilly, 1996, p. 232). No entanto, o advento da Revolução Francesa (1789) e sua radicalização acabaram com os anseios reformadores liberais na Inglaterra, visto que, as classes superiores levantaram a bandeira do conservadorismo e patriotismo.<sup>36</sup> (Moore, 1983, p. 38-39)

Por outro lado, as Guerras Napoleônicas (1803-1815) renovaram o envolvimento militar inglês no continente, com a construção de um exército permanente significativo e o

---

<sup>34</sup> Até meados do século XVI as batalhas marítimas ainda eram predominantemente de corpo a corpo e a força naval inglesa ainda não era claramente superior à francesa. Com Henrique VIII, esse quadro começa a mudar. “Seria Henrique VIII o responsável pela expansão ‘sistemática e sem precedentes’ do poder naval inglês.” (Anderson, 1985, p. 132).

<sup>35</sup> Pouco mais de um século da batalha, a Inglaterra já possuía, indubitavelmente, a maior e mais forte Armada da Europa (Tilly, 1996, p. 231)

<sup>36</sup> Esse entendimento também é compartilhado por Hobsbawn, para quem “[t]o prevent a second French Revolution, or the even worse catastrophe of a general European revolution on the French model, was the supreme object of all the powers which had just spent more than twenty years in defeating the first; even of the British, who were not in sympathy with the reactionary absolutisms which reestablished themselves all over Europe and knew quite well that reforms neither could nor ought to be avoided, but who feared a new Franco-Jacobin expansion more than any other international contingency.” (1996, p. 109)

acirramento das rivalidades com a França – cuja relação já estava deteriorada em função das disputas nas Guerras dos Sete Anos e na Guerra de Independência Americana (1775-1783). Sob a paz do Congresso de Viena, a Inglaterra se voltou para suas questões internas, de modo que reformas sociais e políticas necessárias foram adotadas, tornando a relação entre a monarquia dos Hannover – que ascendeu ao trono com Jorge I (1714-1727) – e o Parlamento mais harmoniosa. A firme base econômica dos senhores proprietários de terras e dos capitalistas ingleses, o fim do bloqueio continental, o domínio mercantil e militar sobre os mares, o fraco aparelho repressivo do Estado e o pioneirismo industrial se tornaram alguns dos elementos que permitiram que a Inglaterra se tornasse a maior potência econômica no século XIX e um modelo de estado nacional dos mais bem sucedidos.

Analisando a formação do estado inglês, é possível conciliar as abordagens de Tilly, Anderson e Moore. Tilly classifica a trajetória da Inglaterra como *coerção capitalizada*, o que significa dizer que o estado inglês foi capaz de controlar os meios de coerção e obter acesso ao capital de forma bastante equilibrada. Até meados do século XVII, pode-se afirmar que a Inglaterra se caracterizou mais por consolidar seu domínio sobre os meios de coerção, por meio do lento processo de afirmação e consolidação do seu poder monárquico – o que, para Anderson, representa todo o processo de construção do absolutismo inglês. Em outras palavras, significa que a Inglaterra atingiu um considerável grau de centralização burocrático-administrativa e coesão interna muito precocemente, em comparação com seus rivais continentais.

No entanto, duas ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, o controle do estado inglês sobre os meios de coerção deve ser relativizado diante dos demais estados da Europa Continental, visto que ele não teve a mesma necessidade de criar um grande aparato militar para confrontar seus inimigos e afirmar suas fronteiras, graças a sua vantagem geográfica. Logo, em termos absolutos, possuiu menos meios de coerção que outros estados no mesmo período, fato que se reflete no papel secundário que a Inglaterra exerceu no cenário político-militar europeu. Em segundo lugar, é forçoso reconhecer a importância do comércio para a construção do estado inglês até o século XVII. Contudo, no plano externo, novamente a Inglaterra não era a principal potência comercial da Europa, posto ocupado pelas cidades italianas e, posteriormente, pelas Províncias Unidas.

A partir da segunda metade do século XVII, a relação entre coerção e capital se inverte – e a Revolução Puritana pode ser considerada, didaticamente, como o ponto de inflexão dessa relação. Também é importante reconhecer que a Revolução Puritana e a Revolução

Gloriosa causaram profundas transformações políticas no estado inglês, com o fim do absolutismo monárquico e a elevação do Parlamento sobre o poder real. Porém, é a partir desse momento que a Inglaterra começou a se tornar um dos principais atores no concerto europeu e o comércio passou a ter mais relevância para a construção não só do estado inglês, mas igualmente de seus rivais. No plano interno, essa virada aconteceu com prevalência da classe dos proprietários de terras sobre os camponeses e o avanço dos cercamentos – justamente os pontos chave da análise de Moore.

#### 4 A TRAJETÓRIA FRANCESA

Na Baixa Idade Média, a França vivenciava dificuldades para centralização de sua monarquia.<sup>37</sup> O controle sobre as fronteiras territoriais não era efetivo e a população era demasiada grande para a época – cerca de 20 milhões de pessoas, como aponta Anderson. (1985, p. 85) Com o fim da dinastia dos Capetos, em 1328 iniciaram-se conflitos sucessórios com a Inglaterra. A ascensão da Casa de Valois ao trono francês não impediu a eclosão da Guerra dos Cem Anos,<sup>38</sup> e as invasões inglesas e borgonhesas<sup>39</sup> comprometeram a unidade do reino francês. Apenas em 1453, no reinado de Carlos VII (1422-1461), os ingleses foram definitivamente expulsos e a unidade territorial da França restaurada.

Analisando os efeitos da Guerra dos Cem Anos, Anderson argumenta que ela permitiu uma “emancipação fiscal e militar da monarquia [francesa] em relação aos limites da primitiva organização política medieval” (1985, p. 86). A convocação de um exército regular e remunerado, em lugar da convocação dos vassalos, fortaleceu o aparato militar francês e criou condições para a vitória sobre a Inglaterra. Em contrapartida, foi necessária a criação da *taille royale*, o primeiro imposto “nacional” cobrado na França – do qual, naturalmente, o clero e a nobreza estavam isentos – para custear tais despesas. Sob a ótica de Tilly (1996),

---

<sup>37</sup> Cabe ressaltar que o processo de consolidação da monarquia francesa não foi linear, pois em diversos momentos ele foi interrompido pelas grandes guerras no continente. O contínuo avanço e retrocesso na centralização político-administrativa fez surgir, de tal sorte, “um culto à autoridade real na época de Luís XIV, que não encontra paralelo em nenhuma outra parte da Europa Ocidental” (Anderson, 1985, p. 85).

<sup>38</sup> A sucessão de Carlos IV (1322-1328) e o início da Guerra dos Cem Anos são eventos interligados por diversos conflitos possessórios, sucessórios e políticos com a Inglaterra, que remontam ao século XI. Em 1066, Guilherme o Conquistador, Duque da Normandia (região do norte da França), invade e conquista a Inglaterra, sendo coroado o primeiro rei dos ingleses. Seus descendentes, ao longo das décadas seguintes, ampliaram os domínios reais, formando o Império Angevino, também chamado Império Plantageneta (a primeira nomenclatura é mais usada no inglês, enquanto a segundo o é em francês), que em seu apogeu abarcava uma considerável área do território francês – praticamente toda a região oeste da França. Gradualmente, os Capetos foram reconquistando esses territórios, mas, quando da morte de Carlos IV, o rei inglês angevino Eduardo III (1312-1377) ainda possuía domínios no sudoeste francês, o Ducado da Aquitânia – tendo, por isso, a obrigação de prestar vassalagem ao rei da França. No entanto, Eduardo III era sobrinho pelo lado materno de Carlos IV e seu sucessor mais próximo, cuja pretensão era mais forte que a de Felipe, Conde de Valois, primo primeiro de Carlos IV. Contudo, a Lei Sállica – originalmente um código geral francês do século V que regulava a vida em sociedade – foi invocada, sob o argumento de que o trono francês não poderia ser ocupado por um herdeiro de linhagem materna [argumento esse também invocado para favorecer a coroação de Felipe V (1316-1322), antecessor imediato de Carlos IV, como rei da França] de forma que Felipe de Valois subiu ao trono como Felipe VI (1328-1350).

O conflito sucessório e as tensões oriundas da posse inglesa no território francês e da vassalagem do rei da Inglaterra para com o rei da França juntaram-se aos já existentes problemas geopolíticos entre os dois reinos: a disputa pela influência sobre o Condado de Flandres (porção norte da atual Bélgica) e a aliança militar defensiva entre França e Escócia. Nesse sentido, as relações entre França e Inglaterra se agravaram até que, em 1337, Felipe VI invade a Aquitânia e Eduardo III, como resposta, reivindica sua pretensão ao trono francês.

<sup>39</sup> O Ducado da Borgonha foi uma região autônoma e independente até 1477, quando foi anexada à França por Luís XI (1461-1483). Prestava vassalagem à casa real francesa e compreendia as áreas do atual “Benelux” e da moderna região francesa da Borgonha.

pode-se dizer que nesse episódio a monarquia adquiriu capital e meios de coerção suficientes, respectivamente pela tributação e pela construção de um exército regular, para expulsar seus rivais externos e assegurar a sua soberania sobre o território francês.

No fim da guerra, portanto, a monarquia francesa possuía um exército regular, chefiado pela nobreza, e contava com um tributo não sujeito a controle por algum tipo de assembleia – o que já ocorria na Inglaterra no período. No entanto, ressalta Anderson (1985, p. 86), o aparelho monárquico ainda tinha limitações: o exército contava apenas com 12 mil homens para uma população de quase 20 milhões – nesse período, a Inglaterra tinha uma população de cerca de 3 milhões de habitantes e o contingente que enviava à França na Guerra dos Cem Anos não passava de 10 mil homens. Além disso, a monarquia não tinha uma estrutura grande o suficiente para administrar todo o território e precisava contar com o apoio da nobreza local, o que permitiu, assim, que esta fosse capaz de preservar seu poder local com bastante autonomia. Nesse sentido, a convocação dos Estados-Gerais, à época, evidenciava a necessidade da monarquia de contar com apoio e o conselho da nobreza. Havia a “(...) necessidade de se criar um fórum nacional mínimo no qual o rei pudesse persuadir os vários estados provinciais e cidades a aceitar os tributos, ratificar tratados e fornecer conselhos sobre os assuntos externos.” (Anderson, 1985, p. 87)

Apesar do crescimento das finanças e do fortalecimento do poder dos Valois ao longo do século XV, a França ainda não era um estado plenamente centralizado. Os governos provinciais ficavam a cargo da nobreza, que exercia direitos sobre as respectivas regiões com grande autonomia, e as cortes provinciais possuíam autoridade judicial. Nas palavras de Anderson:

“A França foi redividida em doze governos, cuja administração foi confiada a príncipes reais ou nobres proeminentes, os quais exerceram legalmente uma ampla gama de direitos soberanos até o (...) século seguinte. Além disso, desenvolveu-se então também um conjunto de *parlements* locais, cortes provinciais criadas pela monarquia com suprema autoridade judicial em suas regiões (...)” (1985, p. 87-88)

Essa descentralização de poder era reflexo da dificuldade de se impor um governo monárquico efetivo sobre toda a extensão territorial francesa. Nesse sentido, Anderson (1985, p. 87-88) defende que os Estados-Gerais tiveram importância na reconstrução da monarquia, uma vez que a atuação política e o apoio fiscal da nobreza eram imprescindíveis para o próprio exercício do poder monárquico. Entretanto, a morte precoce de Henrique II (1547-1559) fragilizou a monarquia Valois e levou a França a décadas de guerra civil, entre os católicos da Santa Liga e os protestantes huguenotes – as chamadas Guerras Religiosas (1562-

1598). Três grandes casas estiveram envolvidas nos conflitos: Guise, Montmorency e Bourbon, “cada uma com controle de um território senhorial, vasta clientela, influência dentro do aparelho de Estado, tropas leais e conexões internacionais” (Anderson, 1985, p. 90), o que expunha os conflitos internos que existiam na incipiente unidade francesa. As lutas desencadearam diversos conflitos sociais, sobretudo no norte católico, e despertaram radicalismos tanto no campo quanto nas cidades, resultando num movimento de reaproximação da nobreza com a monarquia, no fim do século XVI. “A nobreza cerrou fileiras tão logo colocou-se o perigo de uma sublevação a partir de baixo.” (*idem*, p. 92)

Henrique IV (1589-1610), o primeiro dos Bourbons, ascendeu ao trono e, embora protestante, tolerou a prática do catolicismo, suprimiu as revoltas camponesas e pôs fim a décadas de conflitos sociais. A pacificação foi condição essencial para a retomada da consolidação da monarquia e da unidade do território francês, pois permitiu ao monarca recuperar o controle sobre os meios de coerção, assegurando o exercício soberano de seu poder. Adicionalmente, Henrique IV reconstruiu Paris, estabelecendo-a como capital permanente da França e implementou medidas para recuperar a atividade agrícola e reestimular o comércio externo, reestabelecendo as fontes de capital necessárias ao fortalecimento do estado absolutista francês. Nesse sentido, Anderson pontua que “[a]s guerras religiosas terminaram com a reafirmação do Estado monárquico” (1985, p. 92)<sup>40</sup>

Para Anderson (1985, p. 95), a centralização monárquica francesa se intensificou de fato com as reformas implementadas pelo Cardeal Richelieu a partir de 1624. Os redutos huguenotes protestantes foram eliminados, as conspirações aristocráticas reprimidas e a nobreza enfraquecida, na medida que nas regiões mais afastadas eram nomeados os “*Intendants de Justice, de Police et de Finances*, recrutados pelo Estado com amplos poderes e prerrogativas. No entanto, a estrutura política da monarquia se tornava gradativamente mais complexa. Esclarecendo essa peculiaridade, Anderson diz

Com efeito, seria precisamente a complexidade da arquitetura do Estado que permitiria uma lenta, embora inexorável, unificação da própria classe nobre, que adaptou-se gradualmente a um novo molde centralizado, sujeito ao controle público dos *intendants*, enquanto ainda ocupava posições de apropriação privada dentro do sistema de *officiers* e a autoridade local nos *parlements* provinciais. Além disso,

---

<sup>40</sup> Cabe a ressalva de que, durante o século XVII, a nobreza, as cortes provinciais e a burguesia desfrutavam ainda de significativa parcela de poder local. Como explica Anderson, “continuaram a existir príncipes reais ciumentos do monarca, muitas vezes detentores de governos regionais hereditários. Os *parlements* provinciais, formados por uma combinação de pequena nobreza rural e bacharéis, representavam bastiões do particularismo tradicional. Crescia em Paris e em outras cidades uma burguesia comercial, que controlava o poder municipal.” (1985, p. 93)

simultaneamente, conseguiu a proeza de integrar a nascente burguesia francesa no circuito do Estado feudal. (1985, p. 96)<sup>41</sup>

Em meados do século XVII, a estrutura burocrática da monarquia francesa passava por um período de consolidação e a vitória da França na Guerra dos Trinta Anos permitiu uma ampliação do seu intervencionismo militar na Europa – sobretudo em Nápoles. No entanto, os custos dessa política recaíram sobre a classe camponesa, resultando em décadas de revoltas populares, rurais e urbanas. A Fronda, segundo Anderson, foi a maior dessas revoltas, “na qual, por um breve espaço de tempo, setores da alta nobreza, da magistratura detentora de cargos e da burguesia municipal lançaram mão do descontentamento das massas para seus próprios fins, contra o Estado absolutista.” (1985, p. 97-98) Para o autor, repetiu-se nela muito do que havia acontecido nas Guerras Religiosas. Porém, diferentemente do ocorrido no século anterior, os riscos da Fronda não eram grandes, uma vez que as classes que compunham o complexo sistema político francês estavam mais unidas do que anteriormente. Assim, ela pôde ser fortemente reprimida pelo estado francês, fato que, na visão de Anderson (p. 99), demonstrou o sucesso da centralização administrativa da monarquia francesa. Essa foi, segundo ele, a última revolta em que se combinaram a insatisfação da nobreza e a das massas.<sup>42</sup>

Em 1661, Luís XIV (1643-1715) assumiu pessoalmente o comando da monarquia francesa<sup>43</sup>, reunindo plenamente para si a autoridade real e a executiva. Com essa união “todo o potencial político do absolutismo francês realizou-se rapidamente” (Anderson, 1985, p. 99)

---

<sup>41</sup> Em 1604 foi introduzida a *paulette*, uma taxa especial, proposta por Charles Paulet, que legalizava a venda de cargos do estado e permitia sua transmissão por direito hereditário, mediante o pagamento de anuidades. “A França tornou-se a pátria clássica da venda de cargos (...) com propósitos financeiros.” (*idem*, p. 94) Contudo, esse mecanismo se destinou “(...) não apenas a aumentar a receita da monarquia, como também a preservar a burocracia da influência da alta nobreza” (*idem*, p. 93), também permitindo que o monarca se tornasse mais independente da aristocracia, pois dependeria menos dos Estados Gerais para obter novas receitas. (Moore, 1983, p. 66) Ademais, ao mesmo tempo que enfraquecia o poder da classe nobre, a compra de cargos constituiu-se numa atividade altamente lucrativa também para a burguesia, que tirava das atividades produtivas recursos para a aquisição de títulos e honrarias, criando uma classe burguesa que “tendia a tornar-se cada vez mais assimilada à própria aristocracia, via isenções e privilégios dos cargos (...). O resultado foi ‘desviar’ a evolução política da burguesia francesa por 150 anos” (Anderson, 1985, p. 96) Esse também é o entendimento de Moore, ao afirmar que “(...) o sistema afastava do comércio e da indústria recursos e energias.” (1983, p. 66) Como resultado paradoxal, todo esse mecanismo acabava por reduzir o controle da monarquia sobre os detentores de cargos e, simultaneamente, tornava-a mais dependente dessa mesma burguesia.

<sup>42</sup> Sobre isso, Anderson afirma: “A própria profundidade da inquietação popular revelada pela Fronda abreviou o último rompimento emocional da aristocracia dissidente com a monarquia: embora viessem a ocorrer novos levantes camponeses no século XVII, a confluência da rebelião do topo e da base nunca mais voltaria a se dar.” (1985, p. 99)

<sup>43</sup> Luís XIV assumiu o trono com apenas quatro anos, de modo que sua mãe, Ana da Áustria, se tornou a rainha regente até 1651, ano em que Luis XIV completou a maioridade. Ainda assim, o Cardinal Mazarin, na condição de primeiro ministro da coroa, manteve-se no controle da monarquia francesa até sua morte, em 1661. Contudo, Luís XIV decidiu assumir o poder pessoalmente, rompendo com a tradição de nomear um ministro para se encarregar das responsabilidades administrativas do reino. É a partir desse momento que “*Le Roi Soleil*” iniciou a construção e consolidação do absolutismo monárquico francês.

– fato bem ilustrado pela expressão “*L’État c’est moi*”. As cortes foram censuradas, as províncias perderam prerrogativas e direitos, a autonomia municipal foi suprimida, a distribuição dos cargos se modificou. A estrutura administrativo-burocrática se descentralizou e o alto escalão burocrático ficou diretamente à disposição do monarca. A nobreza, por sua vez, foi afastada do papel de auxiliar político, sendo, também, compelida a viver na corte, longe de seus domínios territoriais. “(...) [ela] parecia reduzida a um papel de magnífica indolência, em Versalhes, ou de vegetação pacífica, nas províncias (...). Para estar seguro, o Rei Sol tinha-os tornado quase inofensivos.”<sup>44</sup> (Moore, 1983, p. 50) “O mecanismo central do poder monárquico estava agora, portanto, concentrado, racionalizado e ampliado, sem maior resistência da aristocracia.” (Anderson, 1985, p. 100)

O absolutismo francês atingiu seu ápice, sua “*apoteose institucional*” – nas palavras de Anderson (1985, p. 101) – nas últimas décadas do século XVII. Toda a reorganização política implementada por Luís XIV, que serviu de modelo de monarquia absolutista para toda a Europa, tinha a finalidade última da expansão militar<sup>45</sup>, de modo que os primeiros anos do reinado serviram para a “preparação interna” (*idem*).

Sob o pensamento econômico dominante do período, a teoria mercantilista, verificou-se um significativo crescimento das atividades comerciais e manufatureiras francesas, bem como fomentou-se a expansão marítima em busca de metais preciosos e outros produtos rentáveis. Segundo aponta Anderson (1985, p. 101-102), com Colbert novas indústrias e companhias de comércio ultramarino foram criadas, um sistema tarifário protecionista foi adotado, o comércio foi estimulado; reduziram-se os custos do estado, mediante a supressão de inúmeros cargos, e aumentou-se a arrecadação com impostos indiretos, aliviando a pressão

---

<sup>44</sup> Vale mencionar a ressalva feita por Anderson, de que essa postura com relação à nobreza não alterou “o vínculo objetivo entre a aristocracia e o Estado, a partir daí mais eficaz do que nunca na proteção dos interesses básicos da classe nobiliária.” (1985, p. 100) No mesmo sentido argumenta Moore: “Um outro ônus para a coroa foi a guerra. Embora Luís XIV tivesse afastado a nobreza do centro do governo, entregou-lhe o exército, tal como a Igreja. A guerra permanente era o tema constante de conversação entre a nobreza da corte, e ajudou a criar uma atmosfera de lealdade para com o rei.” (1983, p. 51)

<sup>45</sup> As pretensões territoriais e o expansionismo militar de Luís XIV são claramente melhor identificados quando se analisam os 54 anos em que ele reinou de forma absoluta na França, entre 1661-1715. Nesse período, ele esteve envolvido em subseqüentes guerras: Guerra da Devolução (1667-1668), iniciada com a invasão francesa sobre os Países Baixos Espanhóis (aproximadamente Bélgica e Luxemburgo atuais) sob o pretexto do não pagamento do dote de sua esposa Maria Teresa da Áustria; Guerra Franco-Holandesa (1672-1678), uma retaliação às Províncias Unidas pelo apoio à Espanha na guerra da Devolução; Guerra das Reuniões (1683-1684), que deriva seu nome da *politique des Réunions*, a política externa de anexação de territórios adotada por Luís XIV; Guerra da Liga de Augsburg (1688-1697), também chamada de Guerra dos Nove Anos ou Guerra da Grande Aliança, um contra-ataque às conquistas francesas; e a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), que eclodiu com a coroação de Felipe V, neto de Luís XIV. Todas essas guerras foram motivadas pelas ambições francesas sobre os territórios dos Países Baixos Espanhóis e das Províncias Unidas e, em quase todas elas, a França lutou praticamente sozinha contra uma coalizão que incluía, entre outros estados, as principais monarquias do período: a Inglaterra, a Espanha e o Sacro-Império Romano Germânico.

fiscal. Como consequência, os rendimentos monárquicos dobraram, criando “superávits orçamentários”, que deram condições para a ampliação do aparato militar repressor francês.<sup>46</sup>

Cabe salientar que essa análise de Anderson (1985) se coaduna claramente com o posicionamento de Tilly (1996) sobre o papel das guerras na construção dos estados nacionais. Anderson entende que as reformas implementadas por Luís XIV, tais como as modificações na estrutura burocrática da monarquia e as mudanças nos sistemas de impostos e mercantil, tiveram o intuito de preparar a economia para suportar os custos do expansionismo militar francês. Nesse sentido, a preparação para a guerra implicou a criação e a melhoria de toda a estrutura tributária e fiscal da monarquia francesa, com vistas à extração de recursos da população para a constituição e manutenção de um forte aparato militar. Ao mesmo tempo, o estímulo às atividades comerciais e às navegações também tinha a finalidade de criar oportunidades para que comerciantes e negociantes, isto é, a burguesia nascente – da qual a monarquia dependia para obter acesso à parte do capital necessário às atividades militares – pudessem concentrar e acumular capital (no sentido tillyano).<sup>47</sup> Além disso, a incorporação literal da nobreza à própria estrutura da monarquia tinha o propósito de reforçar e consolidar o domínio da monarquia sobre os meios de coerção, sobretudo no plano interno, em detrimento do poder nobiliárquico. Assim, *pari passu* à preparação e à execução das guerras, Luís XIV acabou por aprofundar, ainda que não intencionalmente, o processo de formação do estado nacional francês, ao consolidar e ampliar a estrutura fiscal, burocrática e administrativa da monarquia, enquanto tentava controlar capital e meios de coerção.

Entretanto, como afirma Anderson (1985, p. 102), a despeito das consequências positivas para o estado francês advindas das medidas fundadas no mercantilismo, esse mesmo ideal motivou os ataques às Províncias Unidas em 1672 – episódio que deu causa à Guerra Franco-Holandesa – cujo objetivo era enfraquecer a concorrência comercial aos produtos franceses. Apesar da vitória, as finanças do estado francês ficaram inteiramente comprometidas com os esforços e custos da guerra e, nas décadas de 1670 e 1680, a França sofreu ainda com fome e miséria, pois a atividade agrícola estava em depressão, apesar do

---

<sup>46</sup> O exército teve seu efetivo decuplicado de 30 mil para 300 mil homens, enquanto o armamento foi modernizado e o soldo regular, o treinamento e os uniformes foram introduziram. Segundo Anderson, “o crescimento desse aparato militar significava o desarmamento final da nobreza das províncias e a capacidade de esmagar rebeliões populares com presteza e eficácia.” (1985, p. 101)

<sup>47</sup> Moore faz um contraponto ao afirmar que a burguesia, nesse período, não extraía, majoritariamente, sua renda das atividades propriamente comerciais, mas sim dos camponeses. “Em algumas partes da França, criou-se uma situação que tinha certas semelhanças com a da Inglaterra, pois os novos proprietários [burguesia compradora de terras] viviam das suas propriedades e dirigiam-nas com a ideia do lucro. Mas a semelhança é superficial. Na França do século XVII, bem como mais tarde, o lucro vinha não da venda dos produtos no mercado, mas ainda da cobrança das rendas dos camponeses.” (1983, p. 49)

*boom* comercial marítimo no período. Além disso, os protestantes huguenotes foram expulsos do território francês após o Édito de Fontainebleau em 1685, fato que teve importantes repercussões para a economia francesa, na medida em que milhares de artesãos e comerciantes deixaram a França, levando consigo técnicas, experiência e *know-how*. (Anderson, 1985, p. 103)

No âmbito externo, a Inglaterra se uniu às Províncias Unidas matrimonialmente, em 1689, sob a coroa de Guilherme III de Orange – que governou conjuntamente com a rainha Maria II de Stuart em território inglês – e a Liga de Augsburg foi formada com o intuito de conter os avanços da França, levando à eclosão da Guerra dos Nove Anos. Os custos da guerra deterioraram ainda mais a situação fiscal francesa, como aponta Anderson:

Para financiar a guerra, criou-se uma cascata de novos cargos à venda, leiloaram-se títulos, multiplicaram-se os empréstimos forçados e as rendas públicas, manipularam-se os valores monetários e, pela primeira vez, foi lançado um imposto de “capitação” ao qual nem a própria nobreza escapou (1985, p. 103-104).

Cinco anos depois, a participação na Guerra de Sucessão Espanhola levou a França ao colapso: externamente Luís XIV perdeu a guerra e seus exércitos foram dizimados; internamente, os impostos atingiram o esgotamento, a moeda se desvalorizou e a fome e o frio causaram tumultos nas cidades. Em termos tillyanos, foi um momento em que a França perdeu, de forma expressiva, seu controle sobre meios de coerção e seu acesso ao capital, tornando-se incapaz de enfrentar inimigos tanto internos quanto externos. Contudo, a soberania francesa não foi ameaçada depois desse episódio: internamente, o absolutismo monárquico tinha chegado ao seu apogeu; externamente, os inúmeros tratados de paz, o exaurimento dos demais estados europeus e o senso de balança de poder na Europa impediram a eclosão de grandes guerras nas décadas seguintes.

Em termos comparativos, enquanto o absolutismo espanhol durou um século e só foi suplantado pela França e pelas Províncias Unidas em meados do século XVII, o absolutismo francês foi contido em apenas algumas décadas, sem desfrutar de um grande período de hegemonia.<sup>48</sup> A monarquia francesa era muito mais forte e consolidada do que a espanhola, mas todos os seus esforços para a expansão territorial foram em vão. A ascensão econômica, política e marítima da Inglaterra, após as Revoluções Puritana e Gloriosa, permitiram que ela ultrapassasse a França, mesmo no auge do seu poder, na medida em que houve uma “alteração da posição relativa da França no seio do sistema político europeu (...)”. (Anderson, 1985, p.

---

<sup>48</sup> Anderson afirma que “[n]o espaço de vinte anos, após o Tratado dos Pirineus [1659], a sua expansão já tinha sido condita” (1985, p. 105).

105) Nesse sentido, Anderson entende que o reinado de Luís XIV foi marcado por uma grande contradição, na medida em que a consolidação interna e a expansão externa foram descompassadas:

O paradoxo do absolutismo francês consistiu em que o ápice de seu florescimento interno não coincidiu com o ápice de sua supremacia internacional: ao contrário, foi a estrutura política defeituosa e incompleta de Richelieu e Mazarino, marcada por anomalias institucionais e dilacerada por sublevações internas, que consumou espetaculares êxitos externos, ao passo que a monarquia consolidada e estável de Luis XIV – com sua autoridade e sua força militar enormemente aumentadas – fracassou solenemente em impor-se à Europa ou realizar conquistas territoriais notáveis. (1985, p. 104-105)

O fim do reinado de Luís XIV levou a um movimento de reintegração da nobreza na organização institucional francesa, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, por meio de uma contenção do poder não-nobre na composição monárquica em prol da restauração da alta aristocracia no alto escalão da monarquia, nos governos provinciais, no alto clero, no comando militar – o século XVIII é, para Anderson (1985, p. 54), o século da reconciliação entre o absolutismo e a nobreza . “A nobreza da França na época do iluminismo possuía uma completa segurança de seu domínio no interior das estruturas do Estado absolutista” (*idem*, p. 107).<sup>49</sup>

Além da reaproximação da monarquia com a nobreza, o século XVIII também foi marcado pela ascensão da burguesia local, favorecida pela conjuntura econômica francesa: a política de vendas de cargos, o aumento de preços, a recuperação demográfica, as décadas de prosperidade agrícola, os avanços no comércio externo, tanto internacional quanto colonial, e nas manufaturas – sobretudo na produção têxtil, de ferro e de carvão. A prosperidade econômica e o afastamento da estrutura política monárquica contribuíram para emancipar a burguesia da dependência do absolutismo francês, o que lhe conferia, por consequência, maior autonomia política. (Anderson, 1985, p. 109; Moore, 1983, p. 73-74)

Entretanto, Luís XV (1715-1774) pouco fez para reorganizar ou aprimorar o sistema político vigente. Em termos financeiros, as pesadas dívidas deixadas por Luís XIV foram ainda mais agravadas pela Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748) e pelos excessos praticados pela corte. Tentativas de taxar a nobreza foram feitas, o que criava uma contradição: “a monarquia procurava taxar a riqueza da nobreza, enquanto esta reivindicava o controle sobre as políticas da monarquia”, uma vez que “a aristocracia, na verdade, recusava-

---

<sup>49</sup> Moore também tem posicionamento semelhante: “Para o fim do *ancien régime*, [a alta nobreza] conseguira levantar cada vez mais barreiras ao poder do dinheiro. Os altos cargos e o exército constituíam reservas nas quais o poder do dinheiro encontrava o limite à sua penetração.” (1983, p. 72)

se a alienar os seus privilégios econômicos sem conquistar direitos políticos sobre a condução do Estado monárquico.”<sup>50</sup> (Anderson, 1985, p. 108)

Além disso, o absolutismo francês, em suas últimas décadas, foi incapaz de atender aos interesses burgueses – reforçados pelo “sentimento de identidade corporativa” (Moore, 1983, p. 66) criado pelos privilégios recebidos com a política de venda de cargos. A política externa dos Bourbons ainda era tradicional, privilegiando a anexação territorial, em detrimento da expansão marítima e comercial. Não bastasse isso, a hegemonia marítima inglesa trouxe pesadas perdas comerciais à França, enquanto o império colonial francês se desintegrou com a derrota na Guerra dos Sete Anos, prejudicando ainda mais os interesses comerciais da burguesia.<sup>51</sup> A participação na Guerra de Independência Americana, apesar de permitir uma revanche contra os ingleses, pouco agregou ao estado francês; pelo contrário, no plano interno culminou em uma crise fiscal, a ponto de impostos territoriais sobre nobreza e clero serem cobrados, e no plano externo apenas confirmou a derrocada do poderio francês.

Olhando retrospectivamente, já ciente do desfecho do absolutismo francês, Moore tenta analisar as opções que a sociedade francesa poderia seguir com a morte de Luís XIV, rumo à modernização.

Era impossível que a sociedade francesa pudesse gerar um parlamento de senhores rurais, com tonalidades burguesas da parte das cidades à maneira inglesa. O desenvolvimento da monarquia francesa tinha privado em grande extensão as classes superiores proprietárias de terras de responsabilidades políticas e orientado muito o impulso burguês para os seus próprios propósitos. (1983, p. 68)

Se o “modelo inglês” era impraticável na França, em razão de sua estrutura social, política e econômica, Moore julga que uma alternativa mais viável e realista, que pudesse fortalecer a própria monarquia, seria a abolição da venda de cargos, renovando a burocracia, e a execução de uma reforma fiscal, distribuindo o ônus dos impostos de forma mais eficiente. Também entende que as despesas com a guerra e as ostentações deveriam ser reduzidas, ao menos temporariamente. Além disso, as barreiras internas ao desenvolvimento comercial deveriam ter sido eliminadas, ao mesmo tempo em que o ordenamento jurídico deveria ter sido modernizado, privilegiando os aspectos comerciais e industriais. (1983, p. 68)

---

<sup>50</sup> É nesse período que, segundo Anderson (1985, p. 108), começa a circular entre a nobreza ideais filosóficos e burgueses de liberdade e representação.

<sup>51</sup> A Guerra dos Sete Anos pode ser considerada a primeira guerra de amplitude mundial, uma vez que os conflitos se desenrolaram não só na Europa, mas também na América do Norte e na Ásia, e seus desdobramentos implicaram modificações nos impérios coloniais em todas as regiões do globo. No tocante à França, ela perdeu suas possessões no Canadá, na Índia, na África ocidental e nas Índias ocidentais (Anderson, 1985, p. 110).

Outro aspecto analisado por Moore é o papel da agricultura comercial nas transformações sociais e econômicas da França. Segundo ele, a agricultura comercial não teve para a França o mesmo impacto que teve na formação do estado inglês. Isso se deve ao fato primordial de que

grande parte dos campos estava nas mãos dos camponeses. Assim, o sistema, em conjunto, era de coexistência de grandes e pequenas unidades. A França não passou por um movimento extensivo de *enclosure*. (1983, p. 50)

Comparando com a Inglaterra, Moore afirma que não há dúvidas de que os estímulos à agricultura comercial francesa foram muito fracos.<sup>52</sup> “Se houve nobres empreendedores na França, nos fins do século XVII e princípios do XVIII, que cultivavam campo por campo à maneira inglesa, não foram notados pelos historiadores.”<sup>53</sup> (1983, p. 52) No entanto, Moore argumenta que não é possível estabelecer com precisão se houve penetração comercial na agricultura francesa e em que grau isso ocorreu.<sup>54</sup> O mais importante não é saber se a aristocracia adotou medidas voltadas para o comércio, mas sim se esse processo foi capaz de alterar a estrutura social francesa, tal como ocorreu na Inglaterra. E, para ele, isso não ocorreu: o avanço comercial francês foi apenas um instrumento para extração de mais riqueza dos camponeses (p. 58-59), visto que os senhores proprietários de terras não eram agricultores capitalistas, mas sim senhores que possuíam direitos de propriedade, garantidos por meio do

---

<sup>52</sup> A despeito da produção irregular de cereais, essencial para a alimentação da população, o comércio de vinho era uma atividade importante para a economia francesa, cuja relevância para a França era comparável à da lã para a Inglaterra. No entanto, o vinho produzido não era um bem de luxo com potencial para dinamizar a economia francesa, visto que a produção era generalizada, os transportes precários e a maior parte da produção era consumida internamente. “A vinicultura não pode constituir a base de uma indústria, como a criação de carneiros pode formar a base da indústria têxtil. Nem pode alimentar uma cidade, como faz o trigo.” (Moore, 1983, p. 54) Ademais, a produção vinícola não produziu resultados ou modificações como os cercamentos o fizeram na sociedade inglesa, pois ela era baseada em mão de obra intensiva e aplicava pouco capital, o oposto do que ocorria na Inglaterra.

<sup>53</sup> Moore refuta a visão de Marx e Weber no sentido de que obstáculos culturais e legais impediam que a aristocracia se dedicasse a atividades comerciais ou agrícolas. Moore não nega a existência de um preconceito dessa natureza na sociedade francesa – alimentado especialmente pela monarquia, que não desejava um fortalecimento econômico da nobreza a ponto de desafiar o poder real – mas sua intensidade foi bastante ambivalente e, mais ainda, atenuada pela influência da agricultura comercial inglesa. Ademais, a existência de uma nobreza provinciana voltada para as atividades agrícolas contraria a existência dessas supostas barreiras. (1983, p. 56-57)

<sup>54</sup> Segundo Moore, apenas na região do sudoeste da França a atividade comercial se assemelhava à Inglaterra. Contudo, ainda assim o processo foi diferente do ocorrido nos cercamentos ingleses: não houve inovações técnicas e a estrutura social era semelhante à da Idade Média. “Em linhas gerais, o que sucedeu pode ser explicado de maneira muito simples: os nobres utilizaram a estrutura social e política existente para extorquir mais trigo aos camponeses para o venderem.” (1983, p. 60) Do mesmo modo, Moore entende que o limitado movimento de *enclosure* na zona agrária francesa no fim do século XVIII foi ilusório, visto que não houve uma adoção verdadeira de práticas agrícolas comerciais e capitalistas. “A característica econômica desse renascimento parece ter sido o esforço do senhor para conseguir uma porção maior das colheitas do camponês, para vendê-la.” (p. 69)

aparelho repressor do Estado, e de onde tiravam suas rendas – muitas das vezes cobrando impostos feudais. (p. 62). Em suas palavras:

em contraste com a Inglaterra, as influências comerciais, quando penetravam na zona rural francesa, não minavam nem destruíam as estruturas feudais (...). Se tentarmos visualizar a situação da França em conjunto, nos fins do *ancien régime*, o que conseguiremos ver provavelmente será, de um lado, uma série de camponeses a cultivar a terra e, de outro, os nobres a cobrar uma parte do que eles produziram, quer diretamente sob a forma de espécie, quer indiretamente sob a forma de dinheiro. (Moore, 1983, p. 61)

Importa salientar que Moore reconhece a existência de certa penetração do capitalismo na agricultura francesa. Contudo, foi um processo bastante limitado, sem jamais “revolucionar a agricultura ou eliminar os camponeses” (1983, p. 71), tal como ocorreu na Inglaterra. Ele vê essa infiltração como uma reação senhorial ao avanço do comércio na França, cujo resultado foi aumentar a hostilidade dos camponeses contra o *ancien régime*.

Os camponeses ressentiam-se do aumento dos impostos feudais e do renascimento dos antigos, obtidos por advogados espertos. Ainda mais importante foi o acordo do governo quanto às expropriações, que voltou os camponeses contra a monarquia. (...) A consequência foi o encorajamento da unidade do Terceiro Estado, o lançamento de muitos camponeses e de uma parte dos habitantes da cidade numa oposição mais veemente à ordem antiga. (*idem*)

Nesse cenário, apesar da reconciliação política com a nobreza e da prosperidade econômica da burguesia, o absolutismo francês enfrentou, no fim do século XVIII, uma crescente resistência das diversas classes sociais às várias políticas adotadas pela monarquia, desde a própria aristocracia, passando pela burguesia urbana e pelos camponeses e cidadãos. À insatisfação generalizada somou-se a péssima colheita de 1788 e as catástrofes climáticas – inverno anormalmente rigoroso e primavera de tempestades e inundações (Moore, 1983, p. 80-81) – levando à inútil convocação dos Estados Gerais e, em seguida, à Revolução Francesa, em 1789, num cenário de fome, desemprego e miséria total.<sup>55</sup>

A despeito da radicalização e da violência da Revolução Francesa, ela teve o mérito de transformar a estrutura social da França, dismantando os privilégios aristocráticos e os

---

<sup>55</sup> Na visão de Anderson (1985), o esgotamento do estado absolutista francês deveu-se, em grande medida, à sua estrutura rígida feudal e aos seus complexos vínculos com a nobreza. E “a reação aristocrática contra o absolutismo passou com isso à revolução burguesa que o derrubaria” (p. 111).

No entanto, Moore, novamente, contesta o caráter burguês da Revolução Francesa, ao mencionar que “quando veio para a França, o capitalismo usou frequentemente uma máscara feudal, especialmente na zona rural. A exigência de direitos de propriedade dentro do sistema em vigor era muito forte, como demonstra a venda de cargos e a reação senhorial. O capitalismo (...) permeou o *ancien régime*, deformando-o de forma a antagonizar tanto os segmentos importantes das classes privilegiadas como os camponeses, voltando-os também contra a monarquia.” (1983, p. 75) Nesse sentido, “não foi uma revolução burguesa, no sentido restrito da tomada do poder político por parte de uma burguesia que já havia atingido as alturas dominantes do poder econômico.” (*idem*, p. 113)

direitos feudais – a essência do regime absolutista – além de ter garantido a propriedade privada e a igualdade perante a lei.

(...) A destruição do poder político da aristocracia proprietária de terras constitui o processo mais significativo no decurso da modernização francesa (...). O absolutismo real fora capaz de domar e controlar uma aristocracia que tinha dificuldades em estabelecer uma base econômica independente. A revolução acabou o trabalho dos Bourbons (...) (Moore, 1983, p. 110)

A ascensão de Napoleão, dez anos depois, e as Guerras Napoleônicas acabaram por consolidar as transformações na sociedade francesa, impedindo qualquer regresso ao *status quo ante*. Daí em diante, as bases para o avanço do capitalismo comercial e industrial estavam postas, permitindo à França avançar no seu processo de modernização, para se tornar, décadas depois, uma das principais potências econômicas no mundo e, igualmente, um modelo de estado nacional exitoso.

A formação do estado francês seguiu a trajetória de *coerção capitalizada*, tal qual apontado por Tilly. Nesse sentido, significa que o estado francês foi sendo construído à medida que os monarcas conciliavam o controle sobre os meios de coerção e o acesso ao capital. O que caracteriza esse processo é a concomitância contínua em que essa conciliação se desenvolveu: dos Capetos até os Bourbons, o controle da monarquia sobre a coerção se deu ao mesmo tempo em que ela obtinha acesso ao capital, não havendo nenhuma fase de prevalência de um sobre o outro. E esse balanceamento foi fruto, entre outros aspectos, de dois fatores fundamentais, um externo e outro interno.

Externamente, o território francês, por se situar no centro da Europa Ocidental, estava cercado pelos seus principais rivais: Inglaterra, Sacro-Império Romano Germânico e Espanha, sendo que a atual região do Benelux esteve, durante longo período, sob influência da Espanha, enquanto a região da moderna Itália era controlada pelos espanhóis e pelos germânicos. Dessa forma, não havia alternativa para a França a não ser construir um grande aparato militar, capaz de assegurar a defesa das fronteiras e conquistar novos territórios. E para tanto, era necessário capital em grande e constante volume para arcar e sustentar o controle sobre os meios de coerção.

Por outro lado, internamente a França enfrentou um longo processo de unificação. A grande extensão territorial<sup>56</sup> e a enorme população, para a época, constituíram-se em um verdadeiro desafio para a consolidação do estado francês. Apenas na segunda metade do

---

<sup>56</sup> A França é o segundo maior estado europeu em extensão territorial, atrás da Ucrânia – excluídas a Turquia, já que apenas 3% de seu território pertence à Europa, e, naturalmente, a Rússia.

século XV a França alcançou um grau de centralização administrativa considerável. Assim, do mesmo modo, fez-se necessário o controle, por parte da monarquia, dos meios de coerção para eliminação dos rivais internos – estes os grandes ducados que existiam em território francês na Baixa Idade Média, tais como os da Normandia, Borgonha e Bretanha, anexados ao território francês, respectivamente, em 1204, 1477 e 1547 – e o acesso ao capital.

E, nesse sentido, todo o processo de afirmação interna e externa foi causa e consequência da construção do absolutismo monárquico francês, na medida em que o enfraquecimento da nobreza – em prol do poder absoluto do rei – e a captação de recursos da burguesia ocorreram via incorporação dessas classes à própria estrutura burocrático-administrativa do estado francês – como apontaram Anderson e Moore.

## 5 CONCLUSÃO

Consoante Charles Tilly (1996), Inglaterra e França são exemplos do tipo de estado que se tornou dominante na Europa e, posteriormente, no resto do mundo nos últimos séculos: o estado nacional. A principal característica pela qual essa forma de estado prevaleceu perante tantas outras foi sua capacidade de conciliar o controle sobre os meios de coerção e o acesso ao capital – sendo, portanto, identificada pela trajetória de *coerção capitalizada*, em oposição a outras trajetórias que não resultaram na formação de estados nacionais. O capital era fundamental para bancar a contratação de mercenários e, num momento posterior, custear a criação de um exército regular, enquanto os meios de coerção eram essenciais para a constituição do estado em si, pois se prestavam a eliminar inimigos internos ou externos e a assegurar a justiça dentro do território.

Mediante a interação entre coerção e capital, os estados podiam se concentrar em sua atividade principal: a guerra. E ao se prepararem para a guerra e, igualmente, guerrear, os estados – e aqui não apenas os estados nacionais, mas todos os tipos de estados – necessitavam criar e aperfeiçoar estruturas acessórias, tais como arrecadação fiscal e tributária, burocracia administrativa, sistemas de produção e distribuição, justiça entre outras, mediante as quais poderiam extrair e utilizar recursos nas atividades bélicas. São justamente essas estruturas complementares que dão forma aos estados. E, aqui, o que distingue os estados nacionais dos demais tipos é a eficácia e eficiência com que empreenderam todas essas atividades para obterem, de forma equilibrada, capital e coerção. Nesse sentido, Inglaterra e França se assemelham pelo fato de terem suplantado seus rivais – Espanha, Sacro-Império Romano Germânico, Províncias Unidas e uma miríade de ducados, cidades-estado e outras pequenas formas de estados – nesse processo.

Vale ressaltar, no entanto, que a despeito de serem categorizados na mesma tipologia em razão das semelhanças na forma final de seus estados – isto é, a forma de *estados nacionais* – Inglaterra e França tiveram particularidades no processo de construção de seus estados que os distinguem um do outro, a começar pela disponibilidade e intensidade com que acumularam capital e coerção. Entre os séculos XIII e XVII, a Inglaterra se notabilizou pelo processo de construção de sua monarquia interna, mediante o fortalecimento do poder real, em detrimento da classe nobiliárquica. Isso fica evidenciado, por exemplo, pelas medidas de desmilitarização da nobreza, pela destruição de fortalezas e castelos particulares e pela proibição de tropas uniformizadas. Além disso, uma vez que a Inglaterra se situa em uma ilha,

ela teve uma vantagem geográfica não compartilhada pelos seus rivais, de modo que não foi necessário para a monarquia inglesa construir um grande aparato militar para assegurar suas fronteiras e conquistar novos territórios – à parte a Guerra dos Cem Anos, a política externa da Inglaterra foi mais defensiva, no sentido de evitar que seus rivais se tornassem hegemônicos na Europa Ocidental, fato que explica o pouco peso político-militar inglês no concerto europeu nesse período. Assim, foi possível que os monarcas concentrassem seus recursos internamente, visando o controle sobre os meios de coerção, e, por consequência, a consolidação do poder real – muito antes que seus principais rivais o fizessem.

A partir do século XVII, com o advento das Revoluções Puritana e Gloriosa, finda-se o absolutismo monárquico inglês, ao mesmo tempo que a agricultura comercial e o comércio marítimo ingleses começam a sobressair no cenário europeu – em poucas décadas a Inglaterra tornar-se-ia a principal potência comercial e naval do continente. Dessa forma, tem-se uma inversão na interação entre capital e coerção, na medida em que o volume e a disponibilidade de capital aumentaram consideravelmente e, por decorrência, sua acumulação e concentração. Esse fato, associado à relativa precocidade da estruturação do estado inglês e à desnecessidade de se envolver em grandes guerras territoriais, entre outros aspectos, explica a ascensão da Inglaterra ao posto de principal potência mundial nos séculos XVIII e XIX.

A França, por sua vez, não se caracterizou por possuir um ponto de inflexão na sua dinâmica capital-coerção. Situada no centro da Europa Ocidental e rodeada por inúmeros rivais, tais como Espanha, Inglaterra, Sacro-Império Romano Germânico entre outros, foi imperativo para a França, desde a Idade Média, construir e manter um grande aparato militar, tanto por questões internas, uma vez que o território atual da França era ocupado por diversos ducados independentes até o fim do século XV e início do XVI, quanto por motivos externos, visto que o estado francês esteve diretamente envolvido nas principais guerras europeias no período analisado.

Se esses fatores, somados à vasta extensão territorial e à grande população francesa à época, se constituíram em um desafio à unificação da França, esses mesmos elementos determinaram que a acumulação e concentração de capital e coerção pela monarquia francesa ocorressem em sintonia e harmonia. E foi essa capacidade de conciliar, de forma equilibrada, capital e coerção que culminou na construção exitosa do estado nacional francês.

Ademais, importa salientar que Inglaterra e França se diferenciam também pela forma com que suas classes sociais romperam com suas respectivas monarquias absolutistas. Sobre esse aspecto, são claros os argumentos de Perry Anderson (1985) e Barrington Moore (1983) no sentido de que ambas as rupturas ocorreram mediante a união dos segmentos sociais

ingleses e franceses contra a monarquia reinante. Contudo, o que diferencia os dois casos é a forma pela qual essa ruptura aconteceu: na Inglaterra, ela se deu de fora para dentro, enquanto que, no caso francês, verificou-se o contrário.

(...) se essas variantes abstratas, rei, nobreza e burguesia, eram as mesmas em ambos os países, o seu caráter qualitativo e as relações entre si eram muito diferentes. Na Inglaterra, a fusão entre o campo e a cidade foi essencialmente dirigida contra a coroa (...). Na França, a fusão verificou-se através da coroa, com consequências políticas e sociais muito diferentes. (Moore, 1983, p. 62-63)

Faz-se necessário, assim, explicar essa dicotomia.

Na Inglaterra, a nobreza sofreu um processo precoce de desmilitarização com os Tudors e, desde cedo – século XV segundo Anderson – se notabilizou pela prática de atividades de cunho mais comercial. O avanço da agricultura comercial inglesa, como ressaltou Moore, permitiu que a nobreza adquirisse uma base econômica independente da monarquia, à medida que a terra perdia sua natureza feudal para se converter em propriedade privada voltada para a exploração de lucro. No entanto, paralelamente a esse fenômeno a monarquia inglesa manteve as políticas de centralização de poder, que atingiram o ápice na primeira metade do século XVII com os Stuarts.

O crescente antagonismo entre a nobreza e os proprietários de terras de um lado, e a monarquia, de outro, foi agravado pela intolerância religiosa e pelas medidas fracassadas, sobretudo as agrárias, adotadas pelo estado inglês. Diante da insatisfação generalizada, a oposição à monarquia se radicalizou, as classes se uniram contra o rei e a Inglaterra mergulhou em uma década de guerras civis, que se alastraram também pela Irlanda e pela Escócia, cujo resultado foi o fim do absolutismo monárquico na Inglaterra.

Na França, por sua vez, como argumentou Anderson, o processo de unificação do território dependeu, em grande medida, do poder local da nobreza, visto que o estado francês não possuía uma estrutura burocrática grande o suficiente para administrar suas regiões. Isso, por conseguinte, conferiu uma autonomia considerável para a classe nobiliárquica, que sempre foi ciosa com relação aos seus privilégios. No século XVII, entretanto, a monarquia francesa atingiu o ápice de seu absolutismo, na figura de Luís XIV, o Rei Sol. A centralização do poder monárquico se deu mediante a incorporação não só da nobreza, mas também da burguesia francesa, à estrutura da monarquia: a primeira foi compelida a viver na corte real, longe de seus domínios territoriais, enquanto a segunda foi atrelada ao estado francês pela política indiscriminada de venda de cargos.

Assim, a monarquia, para ampliar e preservar seu poder, manteve as principais classes sociais sob seu controle direto dentro da estrutura burocrático-administrativa do estado francês. Como contrapartida a esse controle, a monarquia deveria assegurar os interesses de cada classe – o luxo e a ostentação da nobreza e os privilégios econômicos da burguesia. Entretanto, o expansionismo militar da França levou o próprio estado francês à bancarrota. A capacidade de conciliar os interesses nobiliárquicos e burgueses ficou comprometida e as insatisfações se tornaram frequentes. No fim do século XVIII, estouraram os levantes camponeses e as classes sociais se mobilizaram contra a monarquia, levando o absolutismo francês ao colapso.

Ressaltando, novamente, essa oposição entre Inglaterra e França, Moore afirma:

(...) toda a situação que rodeava a ascensão e posterior fusão era muito diferente em ambos os países. Na Inglaterra, a fusão verificou-se, em grande parte, fora da influência do rei e contra o rei (...). Na França, por outro lado, a monarquia transformava plebeus em aristocratas fundiários que necessitavam de proteção feudal. Assim, tornava-os defensores acérrimos dos privilégios e oponentes vigorosos dos seus próprios esforços, feitos intermitentemente no sentido da reforma. (1983, p. 73)

Sucintamente, portanto, tem-se que, na Inglaterra, a centralização monárquica ocorreu em detrimento dos interesses das diversas classes sociais, fato que, no limite, causou a união – ou melhor, a convergência momentânea de interesses – e a sublevação dessas mesmas classes sociais contra a própria monarquia. Já na França, a centralização monárquica se deu pela incorporação das classes sociais à estrutura do estado, mas a incapacidade de conciliação dos diversos interesses levou à mobilização generalizada das classes sociais contra a monarquia. Nesse sentido, ainda que tenham produzidos resultados finais semelhantes – potências econômicas e políticas na forma de estados nacionais – a trajetória particular de cada estado foi essencialmente diferente.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FONTANA, Josep. **A Europa diante do espelho**. Bauru: Edusc, 2005.

HECKSCHER, Eli F. **La epoca mercantilista**: historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

HOBBSBAWN, Eric. **The age of revolution: 1789 – 1848**. 1<sup>st</sup> Vintage Books ed. New York: Random House, 1996.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

SCHMOLLER, Gustav. **The mercantile system and its historical significance**. New York: Macmillian, 1884.

PICK, Anthony. **The national states**: an essay.

Disponível em: <http://www.thenationstate.co.uk/index.html>. Acesso em: maio/2014

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. **The formation of national states in Western Europe**. New Jersey: Princeton, 1975.